



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL “AS MULHERES CABO VERDE: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

RELATÓRIO SÍNTE



Organizada por:

Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF)
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (CES-UC)

Em parceria com:

Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA)
Gbinete do Primeiro Ministro da República de Cabo Verde
West African Research Association (WARA)

Índice

Nota introdutória	3
Sessão de abertura	6
Sessão plenária.....	7
Painel I.....	7
Painel II.....	8
Painel III.....	10
Painel IV.....	11
Painel V.....	12
Painel VI.....	15
Painel VII.....	16
Painel VIII	17
Principais conclusões.....	19
Recomendações.....	25
Sessão de encerramento	34
ANEXOS	

ANEXO I – Programa da conferência

ANEXO II – Caderno de resumo

Nota introdutória

Em 2010, assinalaram-se oficialmente 550 anos do achamento das primeiras ilhas do arquipélago, 35 anos da Independência Nacional e comemorou-se ainda o centenário da Revolta de Ribeirão Manuel, uma revolta protagonizada por mulheres contra as relações laborais e as condições de sobrevivência na época colonial. Neste contexto, torna-se central colocar na agenda de debate, não só o passado de escravatura e colonização, mas igualmente o papel e a situação das mulheres cabo-verdianas como sujeitos históricos da nação transnacionalizada.

As investigações, sobretudo no domínio das ciências sociais e humanas, têm vindo a consolidar os trabalhos desenvolvidos, essencialmente na década de 70, pelos movimentos feministas, marcados pela crítica à ausência das mulheres, enquanto sujeitos e objectos de estudo nas ciências.

Nesse sentido, havia que dar voz às mulheres, por um lado, ouvindo-as enquanto membros activos e integrantes dos contextos investigados (os chamados terrenos de pesquisa) e, por outro, valorizar os trabalhos de pesquisas realizados pelas mulheres. Não havendo aqui espaço para uma reflexão aprofundada acerca do papel histórico que este movimento de reformulação das bases teóricas das ciências sociais teve, importa, contudo, realçar a continuidade na realização de trabalhos de pesquisa que situaram os estudos das mulheres enquanto campo de pesquisa valorizado e central para muitos investigadores.

As viragens não se ficaram apenas pela inclusão da perspectiva feminina e feminista nas produções científicas. Estas mudanças, tornam-se visíveis quando, em virtude de críticas vindo da própria ciência, a produção feminista se abre para uma transformação sócio-histórica importante: do estudo das mulheres ao estudo de género. Muitas investigações que daí vêm foram também realizadas por homens e, sendo assim, as ciências sociais e humanas libertaram-se da equação científica encarcerante de que é sempre melhor mulheres serem estudadas por mulheres, na medida em que entre o sujeito e o objecto de estudo há uma identificação identitária, de género.

E acerca do género daquele que investiga e da sua relação com o género daquele que é investigado, o debate continua, o que significa dizer que, ainda na esteira deste debate, dever-se-á também dar

conta da “libertação”, protagonizada por homens e mulheres das “periferias”.

A acompanhar a quebra de uma visão unilateral e exclusivista das ciências, que atribuía protagonismo apenas aos homens (o androcentrismo) verifica-se também um corte com a visão etno/eurocêntrica. Nessa medida, as condições de possibilidade para o surgimento de que outras contribuições no domínio das investigações foram concretizadas com a criação de núcleos de investigação, fora do “mundo científico ocidental”.

Neste âmbito e decorrente de todo esse processo de mudanças paradigmática, deixou de haver mais espaços para o argumento de que as afinidades identitárias entre a tríade - investigador, investigado e o terreno de pesquisa - sejam um constrangimento para que as investigações ganhem o estatuto de produções científicas.

Trabalhar a partir do contexto de vida que lhe é familiar, porque é o seu terreno *mater*, tem um dos projectos profissionais e pessoais de múltiplos investigadores que, embora tenham tido, a sua formação, sobretudo universitária, no *centro* (Europa, particularmente) não cortam o cordão umbilical e realizam as suas pesquisas sobre temáticas relacionadas com a *terra de origem*. Embora com as atenções centradas na terra de origem, tal não significa o fechamento físico sobre este terreno.

Num contexto de vida globalizado, em que o movimento de pessoas, bens, ideias e imagens ganharam centralidade em detrimento da territorialização e da rigidez de fronteiras físicas e reflexivas, as temáticas emergentes no domínio da investigação científica, tanto no contexto ocidental como fora do ocidente, têm procurado tirar proveito desta nova era das relações geográficas, sociais, económicas e culturais.

Foi a partir destes eixos de orientação que o Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) da Universidade de Cabo Verde – com a parceria do CODESRIA e do CES-UC – organizou o encontro internacional sobre o percurso histórico do país e das mulheres cabo-verdianas, subordinado ao tema «As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas».

Esta conferência desenvolveu um programa de actividades transversal a diferentes áreas de interesse académico, contribuindo para a construção de novos e amplos conhecimentos no que se refere à problemática do género, no país e na sua diáspora, facilitado pela presença de investigadores nacionais, com currículo de pesquisa internacionalizado, e de investigadores de outros países.

Sessão de abertura

Na cerimónia de abertura da conferência “As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas” presidiram a sessão a Directora do CIGEF, Dra. Carmelita Silva, Vice-Reitor para a Pós-graduação, Inovações e Publicações Científicas, Doutor Marcelo Galvão e o Magnífico Reitor da Uni-CV, Doutor António Correia e Silva.

A intervenção introdutória foi feita pela Dra. Carmelita Silva, Directora do CIGEF que na sua alocução referiu à situação histórico-social da mulher em Cabo Verde evidenciando que não obstante os avanços no domínio da legislação e de se assistir a uma evolução positiva sobretudo no domínio da educação, as disparidades entre os sexos continuam marcantes na nossa sociedade. Tal situação deve-se, na sua perspectiva, ao peso dos factores socioeconómicos e culturais e à situação de discriminação familiar que continuam a fazer parte do quotidiano da mulher cabo-verdiana. A finalizar a sua comunicação reiterou o engajamento da Uni-CV e do CIGEF na construção de uma realidade social mais justa em termos de relações de género.

O Doutor Marcelo Galvão, Vice-Reitor, por sua vez, reiterou o empenho da Uni-CV e do CIGEF no desenvolvimento de actividades de pesquisa, formação e sensibilização sobre os diversos aspectos da problemática do género e da família, visando o reforço da igualdade entre homens e mulheres.

Ao presidir a cerimónia de abertura da conferência, o Reitor da Universidade de Cabo Verde, Doutor António Correia e Silva, sublinhou a importância de se compreender o percurso histórico das mulheres cabo-verdianas, conhecer as suas fragilidades e os ganhos conseguidos ao longo da história, chamando a atenção para a necessidade de se criar nuances que possibilitem uma real compreensão da nossa própria história.

Os representantes da Uni-CV esperam que, da conferência, saiam pistas que possibilitam ao CIGEF fomentar a promoção de novas estratégias, assentes numa cultura de partilha de informação e conhecimentos e na construção participada de novas formas da abordagem da problemática do género e da família, bem como a implementação de acções, projectos de pesquisa e programas que apoiem e dinamizem actividades que visem a igualdade de oportunidades e a equidade de género.

Sessão plenária: síntese das comunicações

Tendo como objectivo contribuir para uma abordagem transversal do género no país e na diáspora, a conferência foi organizada em oito painéis temáticos, estruturados em vários subtemas que foram proferidas por palestrantes residentes no país e na diáspora:

Painel I - História das Mulheres de Cabo Verde

Após a sessão de abertura, deu-se o início ao primeiro painel com a apresentação de quatro comunicações que versaram sobre a história das mulheres de Cabo Verde, a que se seguiram os debates.

A apresentação foi feita pela seguinte ordem:

Tema: Mulher, Género e História

Palestrante: Leopoldo Amado, Presidente do DCSH

Tema: As Mulheres Viúvas na Elite Cabo-verdiana: Séc. XVI-XVIII

Palestrante: Iva Cabral, Arq. A. Nacional

Tema: Mulheres na «Sombra»: As Cabo-verdianas e a Luta de Libertação Nacional

Palestrante: Ângela Coutinho, CESNOVA

Tema: Em Busca da História da Mulher Cabo-verdiana: A Perspectiva de Género na Formação Social Cabo-verdiana

Palestrante: Cláudia Rodrigues, ICIEG

Moderador: Doutor Elias Moniz, docente da universidade de Santiago.

O primeiro tema trouxe um panorama geral sobre o conceito de género e sua evolução ao longo do tempo, destacando o contributo da história para o entendimento da situação de desigualdade

endémica da mulher enquanto agente social. Na mesma linha de ideia, a comunicação precedente procurou reforçar a situação de invisibilidade da mulher na produção da história sobre Cabo Verde. Foi realçada a dificuldade do historiador em conseguir, na documentação, dados ou relatos sobre o papel das mulheres no avançar da História. Apenas se dão a conhecer os destinos e as acções das grandes rainhas ou das mulheres cujas vidas estiveram intimamente ligadas às de homens de poder. Geralmente, a história da mulher cabo-verdiana tem sido baseada na história da família, a que pertenceu, devido à discriminação de género de que sempre foi objecto.

A omissão da mulher na história do país esteve igualmente explícita nas comunicações subsequentes: “Mulheres na «Sombra»: As Cabo-verdianas e a Luta de Libertação Nacional”. A conferencista questionou as fontes históricas existentes que revelam o nível e a intensidade de participação de mulheres cabo-verdianas na luta de libertação nacional conduzida pela PAIGC ao mesmo tempo que procurou reflectir sobre os mecanismos responsáveis pela invisibilidade deste facto na sociedade cabo-verdiana do pós-independência. De igual modo, foi criticada a visão “una” e neutral em matéria de género na produção científica em História que desconhece o papel activo das mulheres na sociedade cabo-verdiana, apelando para a necessidade de refazer a história da formação social cabo-verdiana com o enfoque nas mulheres e nas relações de género.

Painel II - Mulheres, Escravatura e Pós-colonialismo

Os trabalhos prosseguiram, no segundo painel, com quatro intervenções que procuraram, essencialmente, fazer uma abordagem que engloba a situação da mulher desde o período que antecede a independência até ao presente momento, conforme a seguir se apresenta:

Tema: Para uma História das Mulheres nos Diferentes Modelos de Organização Familiar em Cabo Verde

Palestrante: António Correia e Silva, Uni-CV

Tema: As Mulheres em Cabo Verde: Progressos e Vicissitudes

Palestrante: Elisa Silva Andrade, Prof. Aposentada

Tema: Da Revolta de Ribeirão Manuel ao Devir-Mulher da Nação

Palestrante: José Carlos Gomes dos Anjos, UFRGS

Tema: Margens da Nação: Fractura e Persistência de Sinais do Sexismo na Cabo-verdianidade

Palestrante: Eurídice Furtado Monteiro, CES-UC

Moderadora: Zelinda Cohen, presidente da CNDHC

A primeira comunicação propôs um recuo ao passado como condição para melhor compreender a dinâmica das relações de género hoje. Debruçou-se sobre as desigualdades históricas das mulheres no acesso aos rendimentos monetários, à educação formal, aos cargos da Administração Pública, à propriedade fundiária e ao capital comercial e questionou se tal desigualdade condicionará as estratégias actuais de alteração, no sentido da equidade, dos padrões de relação entre géneros.

A comunicação subsequente reforçou a necessidade de fazer uma viagem no tempo para melhor conhecer o presente e perspectivar o futuro da mulher cabo-verdiana. Neste sentido, a autora privilegiou, na sua análise, uma abordagem que engloba a situação da mulher desde o período da escravatura à independência nacional. Não obstante reconhecer que ao longo deste período se assistiu a uma evolução positiva no domínio de igualdade e equidade de género, admitiu que as disparidades entre os sexos continuaram marcantes. Factores socioeconómicos e culturais, nomeadamente, a concepção estereotipada do papel da mulher e do homem fazem perpetuar tais desigualdades.

Contrariando a tese de que na sociedade tradicional a mulher foi sempre excluída, a comunicação “Da Revolta de Ribeirão Manuel ao Devir-Mulher da Nação”, trouxe algumas nuances que permitem uma noção mais real da nossa própria história. A mulher aparece como protagonista reivindicando a mudança das relações laborais e as condições de sobrevivência da época colonial, reclamando, segundo o Palestrante, a nação como território de um povo. Neste particular, atribui-se à mulher um peso fundamental.

“Margens da Nação: Fractura e Persistência de Sinais do Sexismo na Cabo-verdianidade”, foi a comunicação que encerrou o painel. Ao longo da sua intervenção, a autora realçou o impacto do sexismo na estruturação e legitimação das relações de poder em Cabo Verde.

Painel III - Mulheres, Revoltas Sociais e Reformas Institucionais

Os trabalhos prosseguiram, no período da tarde, com a exposição das seguintes comunicações:

Tema: Um País de Mulheres Governado por Homens: Democracia e Processo Decisório em Cabo Verde

Palestrante: Roselma Évora, UnB

Tema: A Socialização dos Custos da Maternidade: Políticas e Desafios

Palestrante: Virgínia Ferreira, Universidade de Coimbra

Tema: Desafios das Políticas de Igualdade em Cabo Verde

Palestrante: Eurídice Furtado Monteiro, CES-UC

Moderação – Dr. Nardi Sousa, UNI Santiago

As três intervenções incidiram sobre a participação da mulher na esfera pública. A primeira pôs a tónica no processo diferencial de participação de homens e mulheres nos diferentes órgãos decisórios do país, questionando o discurso de equidade existente em Cabo Verde. Na mesma sequência, a última comunicação reflectiu sobre políticas de igualdade na governação e a sua consequente transversalidade em todas as áreas de intervenção política, com particular destaque para a participação no processo político e na tomada de decisão.

A segunda intervenção, que incidiu sobre os custos sociais da conciliação trabalho/família, trouxe alguns elementos que permitiram reflectir sobre: os custos da maternidade para a mulher e para as entidades empregadoras; repercussões sobre desigualdades de mulheres e homens no mercado de trabalho; estratégias para melhor repartir os custos – políticas de conciliação trabalho/família e sobre os factores que determinam a divisão sexual do trabalho – orientações de política. Tal reflexão incidiu sobre as políticas de conciliação que vem sendo propostas e implementadas, a partir da experiência de Portugal.

Painel IV - Educação, Ciência e Cidadania

O quarto painel analisou a questão da participação de actores na vida social e política a partir da realidade de Moçambique e Cabo Verde.

Tema: Mulheres, Desigualdade e Diferença: Uma Educação para a Cidadania? Uma Leitura a Partir de Moçambique

Palestrante: Teresa Cruz e Silva, UEM

Tema: Mulher e Poder: O Caso de Cabo Verde

Palestrante: Crispina Gomes, Embaixadora

Moderadora: Cristina Ferreira, Uni-CV

Partindo do pressuposto que o conhecimento e a informação são variáveis importantes para a construção da cidadania, e na base de uma leitura feita a partir de Moçambique, a primeira comunicação procurou reflectir sobre o papel da educação formal para uma cidadania activa das comunidades. A autora busca compreender, a partir de uma abordagem de género, como a persistência do modelo social patriarcal do poder que imprime uma lógica de desigualdade na socialização juvenil no seio da família, tende a reproduzir-se para o espaço ocupado pela escola.

Na mesma linha, o segundo tema que versa sobre a participação da mulher na política, fez referência à cultura patriarcal que afecta toda a sociedade cabo-verdiana e suas instituições, como um dos factores que dificulta a participação da mulher na vida política em condições de equidade e igualdade com os homens.

Após a apresentação das comunicações referentes a este painel, deu-se a abertura da exposição “**Elisa Andrade Percursos**”, uma exposição que deu a conhecer a trajectória profissional, da Doutora Elisa Andrade em Cabo Verde e na diáspora.

Painel V- Migrações, Diáspora e Política Externa

Os trabalhos prosseguiram, no dia seguinte com a exposição das seguintes comunicações:

Tema: Diáspora ou Migração? (Im) Pertinências da Mobilidade Cabo-verdiana

Palestrante: Iolanda Évora, CESA-UTL

Tema: Vidas Transnacionais, Trabalho e Género na Diáspora Cabo-verdiana em Portugal

Palestrante: Marzia Grassi, ICS-UL

Tema: Creating Their Own Spaces: Cape Verdean Women, Transnationalism, and Homeland Development

Palestrante: Terza Lima Neves, Johnson C Smith University

Tema: «As Cabo-verdianas, estudantes, quando vêm para Portugal tornam-se todas, europeias»: Cabo-verdianas em Lisboa: Narrativas e Práticas nas Relações de Género e Inter-etnicidade

Palestrante: Celeste Fortes, CIGEF

Tema: A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: Mudanças, Rupturas e (Des) Continuidades

Palestrante: Suzano Costa, UNL

A primeira comunicação discute em que medida a diáspora ou migração reflectem percepções diferenciadas da mobilidade cabo-verdiana contemporânea e dos seus efeitos. A migração cabo-verdiana tornou-se mais complexa, e para os cabo-verdianos dispersos o tempo é de negociação contemporânea das ideologias, identidades e comportamentos colectivos em relação ao seu lugar de origem. Ao longo da sua comunicação a autora chama atenção para os riscos acrescidos que a emigração da mulher cabo-verdiana possa ter nos países de acolhimento.

A comunicação “Vidas Transnacionais, Trabalho e Género na Diáspora Cabo-verdiana em Portugal” explora o funcionamento e as dinâmicas das redes de cabo-verdianos pelo mundo, destacando

sobretudo a crescente feminização dos movimentos migratórios. Associado à emigração, as actividades económicas informais aparecem como estratégias de apoio e de reprodução dos grupos domésticos tanto no país de origem como nos países de acolhimento. Destacou-se, portanto, que a responsabilidade da mulher em apoiar e garantir a reprodução do agregado familiar é transferida em relações sociais no país de acolhimento.

O trabalho mostrou que essas relações podem revelar-se muito mais fortes do que aqueles mantidos com os outros membros da família. Além disso, foi destacado que matrilinearidade das famílias de cabo-verdianos residentes vai além da aproximação formalista de parentesco, envolvendo transferência de bens e direitos através de filhos e descendentes, tendo um valor cultural e simbólico.

O tema “Criando seus próprios espaços: As mulheres cabo-verdianas, transnacionalismo, e o desenvolvimento de pátria” incidiu sobre o papel das mulheres residentes e da diáspora no desenvolvimento de Cabo Verde, desde o período colonial ao estado independente.

A comunicação centrou-se em torno da seguinte questão: Como as mulheres cabo-verdianas têm mantido activas, práticas transnacionais (económicas e políticas) nas actuais condições económicas globais? Procurou-se trazer um panorama geral das mulheres cabo-verdianas em vários locais da diáspora para, posteriormente, centralizar toda a reflexão em torno dos Estados Unidos. Durante muito tempo as emigrantes cabo-verdianas dedicaram-se sobretudo ao comércio nos vários países da diáspora e mesmo perante a crise económica global, actores transnacionais, mulheres cabo-verdianas em particular, foram capazes de manter suas actividades transnacionais através de redes informais. Assim, ao enfatizar o contributo das cabo-verdianas da diáspora no desenvolvimento de Cabo Verde, não deixou de mostrar quão relevante é o apoio do governo nacional neste processo. Entretanto, a sua concretização depende primeiramente da existência de políticas que suportem essas actividades e do desejo para tal empreendimento da parte do governo e das mulheres.

Particularizando para a migração feminina cabo-verdiana, protagonizada por jovens cabo-verdianas que emigraram para a aquisição de capitais profissionais e intelectuais em Portugal, a partir da realização de estudos superiores em universidades portuguesas, a comunicação que se seguiu,

partilhou histórias de vida dessas jovens, enquanto dados que permitem uma leitura actual das novas dinâmicas migratórias cabo-verdianas, facilitando os argumentos de que, por uma lado, não é apenas o homem cabo-verdiano que socioculturalmente tem o papel valorizado de migrar e que as mulheres cabo-verdianas quando migram não têm apenas motivações económicas de preencherem, em Portugal, um “exército de servidoras” como empregadas domésticas e de limpeza, muitas outras mulheres emigram em busca de capitais académicos e profissionais.

Tendo em conta estas motivações migratórias, a estruturação do projecto migratório ainda na origem e a posterior vivência desse mesmo projecto, já no contexto de acolhimento, está voltado para a vivência da migração como um processo de autonomização pessoal em relação à família e de um contexto de vida marcado por idiomas identitários de género “encarcerantes”.

Essas histórias de vida permitiram, ainda, reflectir sobre a questão do regresso a Cabo Verde e a forma como estas jovens pensam no regresso a Cabo Verde, vivem angústias e dilemas porque regressar pode ser uma regressão e a perda dos ganhos identitários facilitados pela migração e pela vida em Portugal.

A comunicação que encerrou o painel fez uma análise da política externa e a diplomacia a partir da realidade de Cabo Verde. Na sua intervenção, o investigador procurou analisar, essencialmente, a evolução histórica da política externa cabo-verdiana, as rupturas, mudanças e (des) continuidades verificadas na acção externa e diplomática na sua relação com a organização política a nível global, desde os primórdios da luta pela independência nacional, à actualidade política

Apesar de Cabo Verde ter desenvolvido, ao longo da história, uma intensa actividade diplomática tendo em vista a sua inserção dinâmica no sistema internacional e/ou nos diversos espaços de cooperação e integração regionais, os cargos de topo da hierarquia diplomática cabo-verdiana, continua a ser marcadamente masculino.

Painel VI - Mulheres e Violências: Passado e Presente

Tema: Violência Sexual no Sistema de Justiça/Brasil: Uma Perspectiva Antropológica

Palestrante: Miriam Steffen Vieira, Uni-CV

Tema: Relações de Poder e Violência Contra as Mulheres na Intimidade: Análise a Partir da Percepção das Vítimas

Palestrante: Carmelita Silva, CIGEF

Tema: Projecto-Lei da Violência Baseada no Género

Palestrante: Hermínia Ferreira, RMPCV

Tema: As Faces (In)Visíveis da Violência de Género

Palestrante: Maritza Rosabal, ICIEG

A primeira apresentação procurou destacar a construção da violência sexual como um problema social relacionado a um processo histórico bem como a uma gradual especificação dos sujeitos de direitos, bem assim a um activismo feminista em diálogo com o campo do direito, entendido como locus de transformação social, tomando como referência a experiência do Brasil.

As comunicações que se seguiram retrataram a violência a partir da realidade cabo-verdiana, enquanto expressões máximas de uma relação de poder. No primeiro caso, procurou-se compreender o significado que as mulheres atribuem às várias formas de expressão da violência conjugal sobre elas exercidas, nos vários momentos da sua relação com o companheiro ou ex-companheiro agressor. Atendendo que as relações de poder constituem um campo de força onde, não só se verifica a sua reprodução, como também probabilidade de deslocamento, procurou-se ao longo desta comunicação demonstrar que a mulher não sofre passivamente as determinações históricas. Ela avalia constantemente a sua situação e reage contra a violência de género.

Na mesma sequência o último tema “As Faces (In)Visíveis da Violência de Género” aborda o fenómeno da violência nas suas várias dimensões alargando o campo de análise para a esfera pública. Para o efeito a autora parte dos seguintes pressupostos: A violência contra a mulher,

enquanto manifestação de discriminação, materializa-se através de agressões, da responsabilização excessiva das mulheres pelo cuidado e bem-estar da família, da invisibilidade das mulheres no discurso, e da sua sub-representação nos espaços públicos de decisão.

A terceira comunicação deu a conhecer o Projecto-Lei da Violência Baseada no Género, a primeira Lei de combate à VBG, que preconiza a protecção das vítimas, a penalização e a reabilitação dos agressores, mas também a prevenção desta prática. No domínio de combate a esse fenómeno social se destacou a necessidade de se fazer um trabalho pedagógico, começando pelas escolas, no seio da família e na comunidade em geral.

Painel VII - Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Tema: Emigração das Mulheres Rurais em Cabo Verde: O Caso da Ribeira de Principal

Palestrante: Carla Cardoso, Uni-CV

Tema: Educação, Formação e Qualificação Profissional da Mulher Rural Cabo-verdiana: Pressupostos Básicos para o Desenvolvimento

Palestrante: Verúcia Sousa, Uni-CV

Tema: La Feminización de la Agricultura Caboverdiana

Palestrante: Cármen Artilles, ULP, Gran Canaria

Ambas as intervenções reflectiram sobre práticas sociais exercidas pelas mulheres do meio rural como estratégias para acederem tanto ao capital económico, como social e cultural.

O primeiro tema trouxe a agricultura e a emigração como duas estratégias usadas pelas mulheres de Ribeira de Principal e que perpassam todos os grupos domésticos, independentemente da sua situação financeira. Os grupos domésticos rurais se inserem num processo de configuração das relações sociais de trabalho e produção, fazendo com que crescentemente as mulheres deixem o espaço doméstico e privado da casa e passem a ocupar o espaço público e colectivo do trabalho das “fornadjas”.

Dando continuidade à análise das questões do género a partir do contexto rural, a segunda intervenção trouxe para o debate algumas limitações da mulher do meio rural. Segundo a palestrante, pertencer ao meio rural é viver duplamente à margem em detrimento de uma espécie de preconceito social que ainda pesa grandemente sobre a mulher que vive no campo, fazendo com que o seu potencial não seja reconhecido.

O último tema retoma as estratégias de reprodução social do grupo doméstico no meio rural destacando a actividade agrícola. A comunicação sublinhou o papel da mulher enquanto eixo central em torno do qual se assegura a reprodução física e social dos membros desta comunidade. Assim, a sua participação no processo de produção agrícola se conforma numa rede de género baseada principalmente na reciprocidade, confiança e cooperação gerando deste modo um capital social acumulado através do qual se conforma estruturas de interacções necessárias ao exercício de inúmeras práticas sociais que permitem o acesso tanto ao capital económico, como social y cultural.

Painel VIII - Música, Cultura e Representações do Feminino

A abordagem do género a partir da música tradicional encerrou os trabalhos da conferência. A apresentação foi feita pela seguinte ordem:

Tema: A Representação da Mulher na Morna e na Coladeira: Experiências e Perspectivas

Palestrante: Lindinalva Lima, Uni-CV

Tema: O Batuku no Contexto Migratório Lisboaeta: Mulheres, Cidadania e Diversidade Cultural

Palestrante: Max Rúben Ramos, ICS-UL

A primeira comunicação reflectiu sobre a música enquanto veículo de criação, reprodução e divulgação de identidade cultural onde estão representados os actores sociais e seus papéis. Neste sentido, se propôs analisar as diferentes representações da mulher na morna e na coladeira, procurando estabelecer a relação entre cultura enquanto construção de ideologias e como produto e produtor de perspectivas que são naturalizadas e enraizadas na sociedade e a língua que seria o veículo de transmissão dessas ideologias perpetuadas e reproduzidas na cultura. Portanto, estudar a

representação das mulheres nas composições dá-nos uma ideia do que é ser mulher cabo-verdiana, como ela é vista na sua sociedade e a sua imagem veiculada no além-fronteiras.

Segundo a conferencista, não obstante a mulher ser uma temática central no discurso musical de Cabo Verde, ela não se representa na música, mesmo nas suas composições. A sua representação na música vem sendo associada a substantivos, verbos e a construções sintáticas que valorizam o aspecto sexual, a passividade, a docilidade, a fofuquice e a intriga e nunca aparece em contextos intelectuais, políticos, económicos ou de decisão a nível público. Ela surge valorizada apenas no espaço doméstico enquanto mãe.

A segunda comunicação fez uma incursão às várias questões que enceram as temáticas globais e que se aspiram pelas abordagens sobre o transnacionalismo, cosmopolitismo, integração, exclusão social e económica, cidadania, Estado-nação e experiências transnacionais várias a partir da prática do batuque entre as batucadeiras do *Finca Pé*. Procurou-se essencialmente mostrar como a prática do batuku em Lisboa se configura como expressão de cidadania transnacional.

O batuque é apresentado como uma arte performativa usada pelas cabo-verdianas como estratégia para a participação na esfera pública portuguesa. Neste sentido, o conteúdo poético e performativo do batuku demonstra que é possível exercer a cidadania no contexto transnacional e uma participação profícua na cultura política da sociedade de acolhimento. O batuque, enquanto expressão da cidadania, aparece neste contexto, como prática social que reconhece à mulher o seu potencial activo e capacidade de actuar.

Principais conclusões:

Analisar a trajectória das mulheres cabo-verdianas desde o passado de escravatura e colonização ao momento actual, compreender o seu papel e sua situação enquanto sujeitos históricos da nação transnacionalizada, não é uma tarefa fácil.

1 - Os trabalhos apresentados no primeiro painel permitiram evidenciar que a escassez de documentos, dados ou relatos sobre o papel da mulher ao longo da história, explicam em certa medida a invisibilidade das mulheres, sobretudo as de classes menos favorecidas na produção da história sobre cabo Verde.

Analisando a documentação do século XVI-XVIII conclui-se que a mulher viúva (rica ou pobre) podia levar uma vida livre, menos presa e recatada do que a mulher casada; Que na condição de viúvas podiam administrar os bens familiares; que a maioria das viúvas, abastadas, casavam-se de novo, rapidamente e que podiam administrar propriedades e bens e legá-los, quando não tinham filhos, a quem quisessem. Verificou-se, portanto, que urge reconstruir a nossa história visualizando a história de mulheres e homens e as relações de género ao longo dos tempos, revelando assim a história das mulheres cabo-verdianas ocultadas ao longo dos tempos.

2 – Não obstante, em Cabo Verde, homens e mulheres gozarem de igualdade formal na esfera política, informações sobre a proporção de homens e mulheres no poder legislativo e autárquico, analisadas ao longo da conferência, mostraram a existência de uma significativa brecha de género, que torna visível a existência de uma discriminação indirecta das mulheres na vida política, sendo a presença delas, largamente inferiores à dos homens. O facto de continuar a ser reservada às mulheres o grosso das responsabilidades pelo trabalho reprodutivo (o cuidado da casa e da família e as tarefas a elas associadas) que, além de não ser reconhecida socialmente, não é distribuída de forma equitativa, condiciona as suas oportunidades e impõe restrições e barreiras bem reais, ao gozo e exercício pleno dos direitos e das liberdades fundamentais nos domínios económico, político, social, e cultural.

3 - Sendo assim, o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres não passa de uma mera formalidade. Na prática, as mulheres continuam alvos de discriminação social isto é, factores socioeconómicos e culturais, situações de discriminação familiar e social, fazem parte do seu quotidiano, favorecendo e/ou reforçando a naturalização das desigualdades, inclusive a de género. A mulher continua tendo uma fraca participação política e social, não só pelo facto de ser excluída do sistema político mas, sobretudo, por se auto excluir do mesmo. Em algumas abordagens a questão da equidade de género é colocada como ameaça aos grupos domésticos, produtora de desarmonia e de desestruturação. Entretanto, no quadro da democracia esta situação poder ser entendida como transformação das estruturas que historicamente foram construtoras e reprodutoras de desigualdades de sexo.

Neste sentido, a superação de tais desigualdades passa necessariamente pela construção de novas relações sociais, o que requer a desconstrução daquilo que está posto hegemonicamente como atributos de mulheres e homens, na nossa sociedade. Tal passa necessariamente pela criação de condições específicas, para que homens e mulheres tenham efectivamente as mesmas oportunidades e condições em todas as esferas da vida: educação, saúde, trabalho, emprego, e especialmente no exercício do poder e na partilha das responsabilidades familiares.

4 - A educação para a cidadania é configurada num quadro de direitos humanos, devendo para isso, ser suportada por direitos de igualdade. Entretanto em África, da qual Moçambique é um exemplo, subsistem, social e culturalmente, diversas formas de restrição e limitações que afectam a mulher, impedindo-a de exercer plenamente a sua cidadania. Assim, verifica-se ainda: A persistência do fosso de género, que se manifesta a nível de estudantes e docentes. Com efeito, os desfasamentos entre as políticas públicas da educação e a sua aplicação reflectem nas práticas escolares, reforçando a reprodução do modelo masculino de dominação.

As medidas tomadas pelo Ministério de Educação e Cultura para atenuar as assimetrias de género (bolsas de estudo para meninas, criação de condições, para que mais professoras possam ensinar em locais mais distantes) não são ainda sustentáveis por dependerem de doações externas. Apesar desse esforço, o governo moçambicano não conseguiu conter a desigualdade de género, no acesso e permanência nas escolas.

A situação actual em Cabo Verde e Portugal afigura-se adversa. Nestes países verifica-se uma “Sobrefeminização” da população estudantil, sobretudo no secundário, para o caso de Cabo Verde. Com efeito, à medida que se ascende na hierarquia escolar, aumenta o número de efectivos do sexo feminino, diminuindo, em contrapartida a feminização do corpo docente.

5- As mulheres cabo-verdianas deixaram de ter o estatuto secundário nas migrações. As comunicações que se centram nesta temática comprovam de facto, que as mulheres deram e continuam a dar contributos centrais para a criação e execução de projectos migratórios. Se num período mais inicial do processo histórico, esta contribuição era menos valorizada na medida em que era aos homens que se atribuía o papel de migrante, para nessa medida, cumprirem com as suas obrigações de sustentar a família, com a sua contribuição ganha um novo significado.

As mulheres têm tido um papel fulcral na consolidação das dinâmicas migratórias transnacionais, de várias formas, mas o destaque tem sido o desenvolvimento de redes de negócios transnacionais, as chamadas *rabidantes*, que permitem conquistar uma autonomização pessoal, social e económica, no quadro das relações de género e familiares em Cabo Verde e na diáspora.

Mas importa referenciar que as mulheres têm múltiplas motivações para migrar, produzindo a necessidade de novos olhares sobre as mesmas. Foi possível constatar por um lado que a diáspora cabo-verdiana, embora na sua génese possa ser considerada uma diáspora de trabalho, manter a perspectiva meramente económica, limita possíveis leituras, mais amplas das suas dinâmicas. Neste sentido, há experiências de mulheres jovens, que saem de Cabo Verde com um projecto migratório cuja motivação não seja a de trabalhar, no sentido que lhe é dado, pelas teorias clássicas das migrações.

Apesar destas evidências da participação das mulheres na consolidação do transnacionalismo cabo-verdiano, importa também, mencionar e reflectir sobre a ausência das mulheres na diplomacia cabo-verdiana, isto é, as mulheres cabo-verdianas não têm conseguido conquistar espaços públicos de representação diplomática da nação e do estado cabo-verdiano, nos vários vínculos da diáspora cabo-verdiana.

6 – A violência baseada no género foi um outro assunto que mereceu a atenção das conferencistas. Constatou-se a partir das intervenções destas e do debate que tal suscitou, que o desequilíbrio de poder em favor do homem resulta em certa medida de práticas sociais que fomentam a desigualdade e a exclusão da mulher, criando deste modo, espaços para o exercício da violência.

Além de associar a submissão da mulher à força física do homem, fez-se referência às discriminações sociais, práticas culturais machistas, dependência económica e, de um modo geral à própria cumplicidade da mulher e da sociedade como condições que favorecem e/ou reforçam a violência. A permanente invisibilidade a que estão sujeitas as mulheres no discurso, a negação sistemática da sua singularidade com efeitos nocivos na configuração da sua identidade e a sistemática limitação das oportunidades no acesso aos recursos necessários para que a mulher obtenha a igualdade de participação nas decisões, também se afiguraram como condicionantes desta prática

A análise dos depoimentos de mulheres provenientes de classes desfavorecidas, das reacções das parcerias institucionais e da sociedade civil à proposta apresentada pelo Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e a Equidade de Género (ICIEG) durante o processo de revisão constitucional e da referência à lei VBG, revelaram que a violência é exercida por todos aqueles que se situam numa posição de maior poder, seja ele económico, cultural ou social, e que os factores que a condicionam, se relacionam com o poder da dominação masculina, facto bastante aceite na sociedade cabo-verdiana.

Entretanto, foi possível constatar que as mulheres não aceitam passivamente as determinações do poder, há sempre possibilidade de resistência. Com efeito, mesmo quando ocupa lugares subordinados como alvo do poder, a mulher também, pode exercê-lo. Assim, se tanto os homens como as mulheres podem usar o poder, ainda que de modo desigual, cabe então destacar que a posse de poder não é auto-suficiente para explicar a violência que os homens exercem sobre as suas esposas ou companheiras. Torna-se necessário articular na análise da violência, os factores culturais, as características estruturais da família, padrões diferenciais de distribuição dos recursos entre os seus membros, como condição para uma melhor compreensão do fenómeno da violência.

7 - A integração no mundo do trabalho constitui um factor de transformação e libertação da mulher, isto é, possibilita, às mulheres, maiores condições objectivas de superação das desigualdades de género. O facto de as mulheres do meio rural passarem a integrar mercados de trabalho, neste particular nas “fornadjas” contribuiu para a "potencialização" da posição social das mesmas, tornando-se agentes da sua própria transformação. A “potencialização” representa a expansão da liberdade de escolha e de actuação assim como o aumento da capacidade de agir dos sujeitos sobre os recursos e decisões que afectam suas vidas. As mulheres passam a criar e recriar quotidianamente suas acções a partir das necessidades objectivas e imediatas. Neste sentido, as necessidades para prover o grupo doméstico orientaram as novas estratégias de reprodução social, o que significou uma re-articulação das relações de género e, conseqüentemente, mudanças nas relações de poder no grupo doméstico, tornando-se mais democrática, sem, contudo, romper com as representações ideológicas de género.

A emigração dos homens pode representar para as mulheres do meio rural, possibilidades de afirmação social. Nestas comunidades, a mulher desempenha um papel fundamental na reprodução física e social dos membros. A mulher do meio rural, participa de todo o processo de produção agrícola através da conformação de uma rede de género baseada principalmente na reciprocidade, confiança e cooperação, gerando assim um capital social acumulado através do qual se forma estrutura necessária para o desempenho de maioria das actividades consideradas "feminina" que, por sua vez, gera mais capital social e que por conseguinte permite aceder a outros tipos de capital (económico ou cultural).

A feminização da agricultura acompanhada portanto das diferentes estratégias desenvolvidas pelas mulheres para constituir uma estrutura de cooperação mútua que permite garantir a sobrevivência e reprodução do grupo familiar, caracterizam a mulher cabo-verdiano como sujeito criativo e solidário; capaz de mobilizar no ambiente agrícola através do desenho exclusivo das principais práticas que asseguram a sobrevivência e a reprodução da população.

8 – O campo da música também se configura como espaço onde a figura feminina continua a ser menosprezada. Considera-se que a sua representação na música se faz através de um discurso e de uma língua que assumem o masculino como a norma a ser seguida. A figura feminina encontra-se quase sempre depreciada, salvo na morna onde ela surge valorizada na figura da mãe, ‘kretcheu’

morena ou mulata, apaixonada e sensual. Todavia, não vê o seu papel valorizado nas áreas de maior prestígio social (economia, política e entre outras). Embora seja a mulher, um dos temas centrais no discurso da música cabo-verdiana, a música é quase sempre apresentada e representada por visões masculinas.

Além de ser um espaço onde os actores sociais são apresentados e representados, a música, no caso particular o *batuku*, aparece no contexto migratório como expressão de cidadania transnacional, não só por ser exercido num processo que visa a conexão e a construção de uma arena social entre o país de origem e o país de acolhimento, mas sobretudo, por ser exercido no quadro de mobilidade transnacional onde as mulheres usam as suas próprias práticas e tradições como instrumentos para reivindicarem o direito à diversidade cultural e a uma participação activa tanto nos domínios políticos, culturais como sociais. Através do *batuku*, as mulheres expressam as suas vivências íntimas, relações na família, no trabalho e de uma forma geral na comunidade de acolhimento.

Recomendações

Após a apresentação das comunicações referentes a cada painel, seguiu-se um momento de esclarecimentos, troca de ideias e debates, a partir do qual foi definida algumas recomendações:

Painel I - História das Mulheres de Cabo Verde

Refazer a história da formação social cabo-verdiana com o enfoque nas relações de género. Propõe-se uma releitura crítica do povoamento das ilhas, organização dos espaços, encontro dos povos e a formação da cultura cabo-verdiana, tomando como foco de análise:

- A história das mulheres de diferentes origens que povoaram Cabo Verde;
- A história do público fazendo emergir os desequilíbrios de género e raça, denunciando a dupla discriminação das mulheres negras/ escravas;
- A história do privado, ressaltando os domínios “tradicionais” do feminino dando visibilidade aos papéis das mulheres no quotidiano das ilhas e o seu contributo na construção da cultura e identidade cabo-verdiana.
- Torna-se necessário transpor para a produção científica nacional, não só o passado das mulheres que se destacaram no mundo público como foi o caso de Nhanha Bongolon e Titina Silá, mas também a história do mundo do privado, onde as relações de género, de dominação e de construção do patriarcado ficam quase sempre ocultas ou relegadas à esfera do natural.

Na luta de libertação nacional oculta-se também a presença da mulher fazendo incidir as diversas narrativas sobretudo na participação masculina. Neste particular, Sublinhou-se a necessidade de:

- Proceder uma recolha sistemática dos testemunhos de todos os participantes directos no processo de luta pela independência nacional;

- Reeditar as obras publicadas por Amílcar Cabral;
- Criar política de conservação e tratamento sistemático da maioria dos arquivos do país, e até mesmo de classificação do património histórico-arquitectónico, havendo nos últimos anos uma notória tendência (e até mesmo insistência) na demolição de edifícios com valor histórico, sob pena de não se conseguir fazer uma História de Cabo Verde para esse século, nem uma História dos Cabo-verdianos e nem tão-pouco uma História das Mulheres Cabo-verdianas.

Chamou atenção ainda para a necessidade de se explorar outros espaços/áreas de actuação da mulher no decorrer da história: o papel da mulher no teatro e na guerra; fazer um estudo comparativo entre as viúvas do séc. XVI-XVIII e as da actualidade, tendo em conta as relações de poder nas diferentes épocas; retrabalhar a invisibilização das mulheres nos espaços de decisão; desenvolver estudos sobre a sub-representação da mulher ao longo dos 15 anos da independência; fazer o levantamento e a sistematização de trabalhos académicos que nos informam sobre a história do país e trabalhar a questão da violência simbólica incorporada pelas mulheres ao longo da história.

Painel II - Mulheres, Escravatura e Pós-colonialismo

2 – Apesar de alguns avanços sobretudo no domínio da legislação, influenciados pelos factores de ordem sociocultural, as mulheres continuam a ser alvo de discriminação, uma vez que não dispõem de autonomia para fazer valer, na prática, os seus direitos. É preciso que haja uma tomada de consciência, isto é, uma postura crítica tanto a nível social, como legal. Só a partir da consciencialização se poderá dimanar uma política de prevenção do impacto negativo das desigualdades sociais entre homens e mulheres ou pelo menos minimizar os seus efeitos sobre o desenvolvimento do país. Tal política deve passar necessariamente por campanhas educativas e cívicas e por campanhas de sensibilização da sociedade, de forma a proporcionar mudanças de mentalidade.

Neste quadro, torna-se evidente que prevenir o impacto das desigualdades entre os sexos no desenvolvimento do país não é uma tarefa exclusiva do Estado. É necessário que haja um envolvimento de toda a sociedade.

Em relação à comunicação social, esta tem cada vez mais um papel fundamental na socialização dos jovens. Assim, as ideias e as imagens por ela veiculadas assumem um papel cada vez maior na formação da personalidade do indivíduo, quer no sentido de perpetuar as práticas tradicionais que legitimam a desigualdade, quer na mudança de mentalidade, atitudes e obrigações. Neste sentido, cabe à comunicação social promover campanhas de sensibilização para a verdadeira mudança de mentalidade, nomeadamente na rejeição da desigualdade enquanto um fenómeno natural.

Painel III - Mulheres, Revoltas Sociais e Reformas Institucionais

Historicamente, a participação na política sempre foi vista como uma actividade realizada por homens e foi somente após a segunda metade do século XX que ocorreram mudanças nesse quadro. Apesar de a partir da década de 70 a participação da mulher vem crescendo significativamente, O quadro actual, particularmente em Cabo Verde é ainda preocupante.

Embora a nível do governo é o segundo país do mundo que conseguiu um governo paritário, em contrapartida, nas câmaras municipais e no parlamento, a percentagem das mulheres é insignificante. A diferença entre a participação de homens e mulheres nos diferentes órgãos decisórios do país é evidente. Para inverter esta tendência de masculinização da esfera política propôs-se:

- Mudança na estrutura dos partidos, isto é, deve-se começar a conceder poderes às mulheres na esfera dos partidos, pois é nos partidos que se formatam as políticas públicas que posteriormente vão passar para os níveis ministeriais;
- Necessidade de haver justiça na família. A conciliação da vida familiar é algo muito complexa sobretudo se se pensar nos estereótipos sexistas que ainda hoje persistem na nossa sociedade e que acaba quase sempre por condicionar as oportunidades das mulheres no mercado de trabalho. Urge portanto, sensibilizar homens e mulheres para a necessidade de partilha equitativa das responsabilidades familiares. O peso do trabalho produtivo, a educação dos filhos deve recair igualmente sobre os homens, permitindo deste modo às mulheres maiores oportunidades de acesso aos cargos públicos;

- Necessidade de incentivar a consolidação de políticas públicas visando a maior inserção e participação das mulheres em todas as esferas, com particular destaque para a política, uma área onde a participação da mulher é ainda pouco expressiva. Uma das medidas apontadas neste encontro, foi a institucionalização de quotas.
- Promover o desenvolvimento de estudos sobre percursos da mulher na política, no sentido de saber se efectivamente participam de tomada de decisão. Com efeito, tem-se constatado que as mulheres mesmo que integrem as listas dos partidos durante as eleições, na prática não possuem poder;

Os encargos com a família de entre as quais aqui se destaca a maternidade, é um factor que limita a participação da mulher. Diante deste facto emergem alguns dilemas:

- Conflito de interesses entre o mercado, interessado em reduzir encargos sociais, e o Estado, que deve ajudar os indivíduos a cumprir o seu “papel” na reprodução da sociedade;
- A globalização dificulta a regulação dos Estados nacionais neste domínio em que querem permanecer competitivos;
- O Capital deslocaliza-se e deixa atrás de si o desemprego, diminuição de salários e sobrecarga dos sistemas de protecção social.

É necessário que o Estado adopte políticas de bem-estar e de igualdade e oportunidades:

Como forma de repartir os custos, deve criar um fundo comum para compensar entidades empregadoras, dos custos da maternidade e da paternidade; socializar os custos da maternidade mediante a deslocação do suporte financeiro para o orçamento geral do Estado, aliviando o sistema de protecção social; repartir prestação dos cuidados entre pais -trabalhadores e mães – trabalhadoras; repartir igualmente as licenças entre homens e mulheres; promover formação sobre gestão de tempo e criar espaços de acolhimento de crianças.

Painel IV - Educação, Ciência e Cidadania

Em relação à questão de equidade de género no acesso e permanência no sistema/educativo foram apontados alguns aspectos que carecem de análises mais aprofundadas:

- “Sobrefeminização” da população estudantil (caso de Portugal e Cabo Verde), que não acompanha o mesmo ritmo ao nível da docência. À Nível dos efectivos escolares, a tendência nesses dois países, é para o aumento dos efectivos do sexo feminino à medida que aumenta o nível de escolaridade, enquanto para a docência, à medida que aumenta o nível de escolaridade diminui a feminização do corpo docente;
- Abordagem de género tendo em conta a articulação entre a educação/formação e o emprego. Estudos apontam que os rapazes saem da escola mais cedo do que as raparigas porque gozam de melhores oportunidades de trabalho, sobretudo no caso de Cabo Verde em que o Estado partilha cada vez mais tal responsabilidade com os Privados, que tem outras exigências, o mercado do trabalho.
- A relação entre a detenção de diploma académico e o exercício de cidadania. Em alguns países como é o caso Portugal, verifica-se que os diplomas quando detidos por pessoas com pouca valorização social (ex: mulheres) podem coarctar o exercício da cidadania;
- As questões de desigualdade e sua relação com os direitos de cidadania das mulheres.

A educação para a cidadania exige assim, que os currícula, a formação de professores e as práticas pedagógicas sejam capazes de introduzir instrumentos para formar os estudantes com capacidades e habilidades quer científicas, quer de consciência cidadã, que lhes permitam uma intervenção social não só na luta por uma educação mais inclusiva e por uma justiça de género, mas também pela manutenção e expansão dos direitos já conquistados.

Contudo, há que ter presente que não basta produzir leis se não forem criadas condições de as pôr em prática. Aliás, esta situação é visível na nossa sociedade. Em termos legislativos o nosso sistema educativo conheceu grandes mudanças de entre as quais se destaca a democratização do ensino. Um aspecto importante a ressaltar aqui é que a democratização do ensino não se reduz ao igual acesso à educação, consiste também em criar condições para que todos tenham igual sucesso, situação que, aliada a falta de recursos no nosso país, praticamente não se verifica.

Painel V- Migrações, Diáspora e Política Externa

- Encorajar os imigrantes a se organizarem em grupos que funcionem como estruturas facilitadoras do processo de integração nos países de acolhimento, fomentando a criação de redes com as várias estruturas dos países de acolhimento;
- Incrementar políticas que promovam a inserção dos imigrantes e a supressão das desigualdades sociais sobretudo a nível das práticas administrativas;
- Fomentar o interesse e a participação activa dos emigrantes nas estruturas sociais, sindicais e políticas dos países de acolhimento e dos países de origem de forma a transformarem as suas experiências em propostas para a sua melhoria de vida e a da sua família. Neste sentido, torna-se necessário incentivar os cabo-verdianos da diáspora, a investirem na aquisição de títulos escolares, tanto a nível superior como profissional.

Painel VI - Mulheres e Violências: Passado e Presente

- Apesar de se considerar que o país dispõe actualmente de “instrumentos jurídicos que satisfazem os interesses dos que procuram a justiça, em termos práticos, verifica-se ainda, um défice muito grande. Aliás, a própria mulher não se mostra capaz de fazer valer, na prática, os seus direitos, continuando, portanto, alvos de discriminação no seu quotidiano. O Estado deve encarregar-se de criminalizar os comportamentos violentos, aplicar pena acessória de proibição de contactos com a vítima, inclusive o afastamento do agressor da residência por um determinado período de tempo ou criar casas de abrigos para acolher as vítimas. Neste caso, é importante o contributo das instituições e das ONGs no sentido de consciencializar homens e mulheres sobre os seus direitos: o direito à indignação, à denúncia e rejeição de certos modelos culturais que vêm sendo reproduzidos ao longo do tempo e dota-los de instrumentos que lhes permitem agir adequadamente quando confrontadas com situações de violência;

- No que se refere ao sistema judiciário, persiste ainda algum trabalho por fazer. Refere-se, neste particular, a morosidade da justiça que muitas vezes tem impedido as vítimas de romperem o silêncio. Sendo assim, as procuradorias judiciais, os tribunais e os magistrados podem contribuir para a redução da violência contra a mulher se juntos conseguirem que os processos tenham encaminhamento e desfecho rápido e que as penas sejam cumpridas e os danos reparados, em conformidade com a sentença judicial.
- Devido às dificuldades financeiras que a maioria das mulheres vítimas de violência enfrenta, a nossa legislação assegura a todos que carecem de meios económicos, o acesso aos tribunais para a defesa dos seus direitos e interesses legítimos. A questão que se coloca prende-se com a banalização com que alguns casos de VBG vem sendo tratada nas instituições que actuam no domínio de género em Cabo Verde. Para fazer face a esta situação propôs-se a criação de uma equipe integrado de técnicos (assistente social, psicólogos, juristas...) capazes de intervir de forma crítica e competente, quando confrontadas com o fenómeno da VBG;
- Através dos meios de comunicação social, criar e divulgar programas e campanhas que visam a mudança de mentalidade, desmistificando papéis tradicionais das mulheres e dos homens, com vista à eliminação de estereótipos.
- Faz-se necessário e urgente um ordenamento jurídico adequado e coerente com as expectativas e demandas sociais, sobretudo em termos práticos. Com efeito, não basta que haja um ordenamento que tenha vigência jurídica, mas não tenha vigência social, isto é, que não seja aceito e aplicado pelos membros da sociedade;
- O combate ao fenómeno da Violência contra Mulher não é função exclusiva do Estado; a sociedade também precisa se conscientizar sobre sua responsabilidade, no sentido de rejeitar certas impunidades. É indispensável que a sociedade como um todo, compreenda que os direitos das mulheres são direitos humanos, e que a modificação da cultura de subordinação trilhada em questões de género requer uma acção conjugada, já que a violência contra a mulher desencadeia desequilíbrios nas ordens económica, familiar e emocional;

- É preciso trabalhar as acções pontuais, bem como as políticas públicas transversais. Ao se adoptar as políticas públicas transversais, objectivando a igualdade entre homens e mulheres, encontra-se um norte a trilhar na busca de um caminho que altere o quadro da violência em geral e a de género em particular.
- Além disso, a conscientização da natureza histórica da desigualdade de género precisa ser trabalhada desde o início do ensino escolar, já que a desigualdade de género, adicionada à ordem patriarcal vigente, constitui alguns dos elementos que associados ao sentimento de culpa enraizado no imaginário social das mulheres, contribuem para a perpetuação das relações desiguais de poder.
- Desenvolver estudos que permitam conhecer a real dimensão da violência que ocorre tanto no âmbito privado como no público e as consequências a nível individual, familiar e social,

Painel VII - Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Rural

- Apostar na formação e qualificação das mulheres do meio rural como condição para atenuar a sua vulnerabilidade e por conseguinte garantir a sua melhor inserção no mercado de trabalho.
- Promover e incentivar a participação, principalmente em sociedades onde existe repressão, como é o caso de Cabo verde.
- Maximizar todas as potencialidades inerentes à participação da sociedade civil no desenvolvimento local e, conseqüentemente, nacional;
- Criar espaços e condições que promovam o encontro e a participação das mulheres nos projectos da vida colectiva e nas decisões de gestão das comunidades onde se inserem.

Painel VIII - Música, Cultura e Representações do Feminino

- Chamou atenção para a necessidade de a própria mulher fazer uma reflexão mais do que uma reacção às opressões que sofre na música. Tal reflexão deve decorrer da tomada de consciência do seu silenciamento e da reprodução que se vem efectuando na música de ideias que não vão de encontro à sociedade actual;
- Que sejam estudadas formas que permitam aprofundar o exercício da cidadania nos países de acolhimento (mecanismos de obtenção de nacionalidade) que facilite a inclusão política e jurídica dos emigrantes;
- Mobilização de recursos para a inclusão e a integração (acesso à formação, ao emprego, etc.) dos emigrantes no país de acolhimento.

Sessão de homenagem e encerramento

Terminadas as sessões de trabalho, deu-se o início à cerimónia de homenagem e de encerramento da conferência que contou com a presença de sua excelência Senhor Primeiro Ministro, Doutor José Maria Neves, do Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde, Doutor António Correia e Silva, da Directora do CIGEF, Dra Carmelita Silva e da Investigadora homenageada, Doutora Elisa Andrade.

Esta sessão foi marcada por três momentos:

- Apresentação do balanço das actividades;
- Cerimónia de homenagem;
- Enceramento da conferência.

A Dra Eurídice Monteiro fez uma apreciação positiva do evento congratulando-se com a forma como decorreu o acto e aproveitou para agradecer a presença e a colaboração interessada de todos os participantes.

As palavras de reconhecimento da Universidade Pública de Cabo Verde e do Centro de Investigação e Formação em Género e família à homenageada foram proferidas pela Dra Celeste Fortes, colaboradora do CIGEF, presente na conferência. A cerimónia de homenagem foi um momento de reconhecimento do elevado nível de desempenho e profissionalismo da homenageada, pela trajectória inigualável e pioneira no Cabo Verde colonial e independente e, sobretudo, pelos contributos que a mesma vem dando desde a década de 80 para o avanço da investigação científica em Cabo Verde, com particular destaque para estudos sobre a condição da mulher neste contexto.

Em seguida, Doutor António Correia e Silva reiterou o engajamento da Universidade de Cabo Verde e do CIGEF em reforçar e estabelecer novas parcerias com centros, universidades, entre outras instituições que actuam na promoção da igualdade e equidade de género no país e/ou na diáspora. Manifestou, ainda, o firme propósito da Universidade em desenvolver estudos, colóquios entre outras actividades que permitam encontrar respostas às questões levantadas ao longo da conferência. Aproveitou a oportunidade para agradecer a todos que, directa ou indirectamente, contribuíram para

este encontro que considerou de excelência académica.

Encerrou a conferência, sua Excia. Senhor Primeiro Ministro, Doutor José Maria Neves, que agradeceu à Uni-CV pelo convite que lhe foi endereçado para presidir a cerimónia de enceramento do evento e aproveitou para felicitar a organização pela iniciativa de trazer à discussão um tema, que dada a sua relevância, tem estado na agenda do debate tanto a nível nacional como internacional. Ao longo do seu discurso referiu o firme compromisso do seu Governo na promoção da igualdade de género, através do acesso igualitário aos recursos, nível de participação, controlo e poder de decisão.

No tocante à questão da violência baseada no género, o senhor Primeiro Ministro demonstrou a preocupação do seu governo no desenvolvimento de condições para o exercício da cidadania e a promoção de acções específicas que reduzam as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Neste âmbito, destacou a criação e a aprovação, este ano na generalidade, da primeira Lei de combate à VBG, que preconiza a protecção das vítimas, a penalização e a reabilitação dos agressores, mas também a prevenção desta prática.

Para finalizar, o Senhor Primeiro Ministro reafirmou o compromisso do seu governo com os direitos humanos das mulheres, com a promessa de continuar a apoiar outras iniciativas do género que a Uni-CV venha realizar.

ANEXOS

ANEXO I - Programa da conferência

PROGRAMA

9 de Novembro de 2010

8:30mn-9:15mn | Recepção e Sessão de Abertura

Carmelita Silva, Directora do Centro de Investigação e Formação em Género e Família

Marcelo Galvão, Vice-Reitor para a Pós-Graduação, Investigação e Publicações Científica

António Correia e Silva, Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde

9:15mn-10:45mn | História das Mulheres de Cabo Verde

Leopoldo Amado, Uni-CV

Mulher, Género e História

Iva Cabral, Arq. A. Nacional

As Mulheres Viúvas na Elite Cabo-verdiana: Séc. XVI-XVIII

Ângela Coutinho, CESNOVA

Mulheres na «Sombra»: As Cabo-verdianas e a Luta de Libertação Nacional

Cláudia Rodrigues, ICIEG

Em Busca da História da Mulher Cabo-verdiana:

A Perspectiva de Género na Formação Social Cabo-verdiana

Moderação: Elias Moniz, Universidade de Santiago

-- 10:45mn | Coffee Break --

11h-12:30mn | Mulheres, Escravatura e Pós-colonialismo

António Correia e Silva, Uni-CV

Para uma História das Mulheres nos Diferentes Modelos de Organização
Familiar em Cabo Verde

Elisa Silva Andrade, Prof. Reformada

As Mulheres em Cabo Verde: Progressos e Vicissitudes

José Carlos Gomes dos Anjos, UFRGS

Da Revolta de Ribeirão Manuel ao Devir-Mulher da Nação

Eurídice Furtado Monteiro, CES-UC

Margens da Nação: Fractura e Persistência de Sinais do Sexismo na Cabo-verdianidade

Moderação: Zelinda Cohen, CNDHC

-- 12:30mn | Intervalo para Almoço --

14:30-16h | Mulheres, Revoltas Sociais e Reformas Institucionais

Roselma Évora, UnB

Um País de Mulheres Governado por Homens:

Democracia e Processo Decisório em Cabo Verde

Virgínia Ferreira, Universidade de Coimbra

A Socialização dos Custos da Maternidade: Políticas e Desafios

Eurídice Furtado Monteiro, CES-UC

Desafios das Políticas de Igualdade em Cabo Verde

Moderação: Nardi Sousa, Universidade de Santiago

-- 16h | Coffee Break --

16:15mn-17:45mn | Educação, Ciência e Cidadania

Teresa Cruz e Silva, UEM

Mulheres, Desigualdade e Diferença: Uma Educação para a Cidadania?

Uma Leitura a Partir de Moçambique

Pedro Brito & Graça Sanches, AJIC

Mulher e Educação, Ciência e Cidadania: O Caso de Cabo Verde

Crispina Gomes, Embaixadora

Mulher e Poder: O Caso de Cabo Verde

Moderação: Cristina Ferreira, Uni-CV

17:45mn | Exposição Percursos Elisa Andrade

10 de Novembro de 2010

8:30mn | Recepção

8:45mn-10:45mn | Migrações, Diáspora e Política Externa

Iolanda Évora, CESA-UTL

Diáspora ou Migração? (Im) Pertinências da Mobilidade Cabo-verdiana

Marzia Grassi, ICS-UL

Vidas Transnacionais, Trabalho e Género na Diáspora Cabo-verdiana em Portugal

Terza Lima-Neves, Johnson C Smith University

Creating Their Own Spaces: Cape Verdean Women, Transnationalism,
and Homeland Development

Celeste Fortes, CIGEF

«As Cabo-verdianas, estudantes, quando vêm para Portugal tornam-se todas, Europeias»: Cabo-verdianas em Lisboa: Narrativas e Práticas nas Relações de Género e Inter-eticidade

Suzano Costa, UNL

A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica:
Mudanças, Rupturas e (Des) Continuidades

Moderação: Francisco Carvalho, UNL

-- 10:45mn | Coffee Break --

11h-12:30mn | Mulheres e Violências: Passado e Presente

Miriam Steffen Vieira, Uni-CV

Violência Sexual no Sistema de Justiça/Brasil: Uma Perspectiva Antropológica

Carmelita Silva, CIGEF

Relações de Poder e Violência Contra as Mulheres na Intimidade:
Análise a Partir da Percepção das Vítimas

Hermínia Ferreira, RMPCV

Projecto-Lei da Violência Baseada no Género

Maritza Rosabal, ICIEG

As Faces (In)Visíveis da Violência de Género
Moderação: Carlos Elias Barbosa, CES-UC

-- 12:30mn | Intervalo para Almoço --

14:30-16h | Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Carla Cardoso, Uni-CV

Emigração das Mulheres Rurais em Cabo Verde: O Caso da Ribeira de Principal

Verúcia Sousa, Uni-CV

Educação, Formação e Qualificação Profissional da Mulher Rural Cabo-verdiana:
Pressupostos Básicos para o Desenvolvimento

Cármén Artiles, ULP, Gran Canaria

La Feminización de la Agricultura Cabo-verdiana

Moderação: Sílvia Monteiro, Uni-CV

16h-30mn | Música, Cultura e Representações do Feminino

Lindinalva Lima, Uni-CV

A Representação da Mulher na Morna e na Coladeira: Experiências e Perspectivas

Max Rúben Ramos, ICS-UL

O Batuku no Contexto Migratório Lisboaeta: Mulheres, Cidadania e Diversidade Cultural

Moderação: Andréia Moassab, Uni-CV

16:45mn | Sessão de Encerramento e Homenagem

Odair Varela, ISCJS, Balanço Final da Conferência

Carmelita Silva, Directora do Centro de Investigação e Formação em Género e Família

Elisa Silva Andrade, Prof. Aposentada

António Correia e Silva, Magnífico Reitor da Universidade de Cabo Verde

José Maria Neves, Sr. Primeiro Ministro da República de Cabo Verde

Homenagem da Universidade de Cabo Verde à Professora Doutora Elisa Silva Andrade

-- **17:45mn** | Coffee Break –

ANEXO II - Caderno de resumo

CADERNO DE RESUMO

AS MULHERES EM CABO VERDE: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Conferência Internacional
Universidade de Cabo Verde, 9-10 de Novembro de 2010



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL - AS MULHERES EM CABO VERDE: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Universidade de Cabo Verde, 9-10 de Novembro de 2010

Em 2010, assinalam-se oficialmente 550 anos do achamento das primeiras ilhas do arquipélago, 35 anos da Independência Nacional e comemora-se ainda o centenário da Revolta de Ribeirão Manuel, uma revolta protagonizada por mulheres contra as relações laborais e as condições de sobrevivência da época colonial. Neste contexto, torna-se central colocar na agenda de debate, não só o passado de escravatura e colonização, mas igualmente o papel e a situação das mulheres cabo-verdianas como sujeitos históricos da nação transnacionalizada.

Assim, o Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) da Universidade de Cabo Verde - com a parceria do CODESRIA e do CES-UC - organiza este encontro internacional sobre o percurso histórico do país e das mulheres cabo-verdianas, subordinado ao tema «As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas». Esta conferência desenvolve um programa de actividades transversal a diferentes áreas de interesse académico, contribuindo assim para a construção de novos e amplos conhecimentos no que se refere à problemática do género, no país e na sua diáspora.

Organização

Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF)

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (CES-UC)

Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA)

Comissão Organizadora

Carmelita Silva, CIGEF

Leopoldo Amado, Uni-CV

Eurídice Furtado Monteiro, CES-UC

Ângela Coutinho, CESNOVA

Katia Cardoso, CES-UC

Roselma Évora, UnB

Celeste Fortes, CIGEF

Comissão Científica

Cláudio Furtado - Professor Associado, Uni-CV, Cabo Verde

Iolanda Évora - Investigadora Associada, CESA-UTL, Portugal

José Carlos Gomes dos Anjos - Professor Adjunto, UFRGS, Brasil

Comissão de Protocolo

Maria Amélia Gomes, Emanuel de Pina, Sandra Fernandes, Adilson Furtado, Gilberto Ribeiro e Carla Gonçalves, Uni-CV

Patrocínio

Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA)

Gabinete do Primeiro Ministro da República de Cabo Verde

West African Research Association (WARA)

HISTÓRIA DAS MULHERES DE CABO VERDE

Leopoldo Amado, Uni-CV
Mulher, Género e História

Resumo | Em função de múltiplas alterações paradigmáticas registadas no âmbito global das Ciências Sociais e sobretudo em virtude das alterações induzidas pela exigente epistemologia transdisciplinar, a historiografia mundial tem sofrido transformações, seja por impulso das induções referidas, seja pela necessidade de se ter em linha de conta novos e mais alargados quadros teóricos. Uma dessas exigências atem-se, justamente, com as interpelações que os estudos da perspectiva de género introduziram no campo da História, como atestam, entre outros, a adopção de novas e privilegiadas temáticas, designadamente, a forma como a História pode contribuir – e tem ultimamente contribuído – para o entendimento da situação de desigualdade endémica da Mulher enquanto agente social e, subseqüentemente, a sua análise em contextos teóricos mais alargados, designadamente, a procura de sínteses explicativas que incluam a perspectiva de género em diferentes contextos culturais, bem como as dimensões racial, de trabalho, de reprodução, do sexo, do tráfico de escravos, da cultura, da resistência e da criouliização.

Nota Biográfica | Leopoldo Amado, Doutorado em História, é professor da Uni-CV. É Presidente do Departamento de Ciências Sociais e Humanas (DCSH- Uni-CV).

Iva Cabral, Arq. A. Nacional
As Mulheres Viúvas na Elite Cabo-verdiana: Séc. XVI-XVIII

Resumo | Esta apresentação sobre os poderes das mulheres viúvas, nos primórdios da colonização, destaca ainda a posição diferenciada das mulheres, no decurso colonial.

Nota Biográfica | Iva Cabral, Historiadora, com publicações em revistas e colectâneas nacionais e internacionais, é Directora do Arquivo da Assembleia Nacional de Cabo Verde.

Ângela Coutinho, CESNOVA
Mulheres na «Sombra»: As Cabo-verdianas e a Luta de Libertação Nacional

Resumo | Através desta comunicação, pretende-se elencar e questionar as fontes históricas existentes que revelam o nível e a intensidade de participação de mulheres cabo-verdianas na luta de libertação nacional conduzida pela PAIGC, questão até agora ainda largamente desconhecida. Importará também interrogar-nos acerca dos mecanismos responsáveis pela *déshistoricisation*, segundo a terminologia de Pierre Bourdieu, desta realidade histórica, na sociedade cabo-verdiana do pós-independência.

Nota Biográfica | Ângela Coutinho, obteve o Doutoramento em História da África Negra Contemporânea pela Universidade de Paris I – Panthén-Sorbonne, em 2005, sobre *Os Dirigentes do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde), da Fundação à Divisão: Estudo de Percursos Individuais, de Estratégias Familiares e de Ideologias*. De 2001 a 2003, foi leitora no Departamento de Português na Universidade de Paris X – Nanterre, em França. De 2004 a 2005, foi docente de “História de África”, de “História Contemporânea” e de “Investigação Histórica” no IESIG, no Mindelo, em Cabo Verde. De 2006 a 2007, foi docente na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, também no Mindelo. Desde 2007, é bolseira de pós-doutoramento da FCT (Ministério da Ciência – Portugal), sendo investigadora no CESNOVA – Universidade Nova de Lisboa. Desde 2007, tem artigos publicados em actas de colóquios internacionais, e tem também participado na organização de colóquios internacionais, em Portugal e em Cabo Verde.

Cláudia Rodrigues, ICIEG

Em Busca da História da Mulher Cabo-verdiana:

A Perspectiva de Género na Formação Social Cabo-verdiana

Resumo | Este paper tem como principal objectivo fazer uma análise crítica da visão “una” e neutral em matéria de género da pesquisa e da produção científica em História. Resultando na omissão do papel das mulheres na participação activa na sociedade, no caso, a sociedade cabo-verdiana, o que contribui para a perpetuação da invisibilidade histórica das mesmas. Apesar de todo o “progresso” feminino, as desigualdades persistem em todos os domínios, especialmente no que concerne à decisão política e económica. A hierarquia dos sexos, que rege a organização das sociedades, persiste. A sua abolição é uma transformação de longa duração, um desafio que não se conquista, de um momento para o outro, até porque se desdobra em transformações práticas e simbólicas e nós cientistas sociais temos o dever de desconstruir essas práticas.

Nota Biográfica | Cláudia Rodrigues, Mestre em Ciências Sociais pela Uni-CV, é Presidente do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género (ICIEG).

MULHERES, ESCRAVATURA E PÓS-COLONIALISMO

António Correia e Silva, Uni-CV

Para uma História das Mulheres nos Diferentes Modelos de Organização Familiar em Cabo Verde

Resumo | O facto de a mulher cabo-verdiana ter tido, ao longo de séculos, menor acesso - do que os homens - aos rendimentos monetários, à educação formal, aos cargos da Administração Pública, à propriedade fundiária e ao capital comercial, condicionará ou não as estratégias actuais de alteração, no sentido da equidade, dos padrões de relação

entre os géneros? Posta a questão de outra forma, indaga-se se existe alguma razão, além da mera curiosidade, para, agora que se pretende implementar um programa de equidade de géneros (equidade de oportunidades de formação, de emprego, de assunção dos papéis na educação dos filhos, de participação política, etc.) se revisitar a historicidade destas relações, para se conhecer as dinâmicas da sua génese e da sua evolução. Dois pressupostos estão subjacentes a este questionamento. O primeiro é de que os programas políticos de mudança social induzida caem, ou podem cair, no voluntarismo puro, com isso perdendo parte da sua eficácia, quando desacompanhadas de um projecto de investigação e de conhecimento da realidade sobre a qual pretendem actuar. A inteligibilização sociológica é, pois, neste entendimento, um imperativo de uma intervenção social bem sucedida. Neste caso, temos então que estar disponíveis para uma sociologia militante e de intervenção, da mesma forma que para uma militância assente na investigação sociológica. O segundo pressuposto é de que a realidade presente, ou seja, aquela que podemos constatar de forma empírica e sensorial, não contém cabalmente as fontes da sua explicação. O que quer dizer que entender a dinâmica das relações de género hoje, sendo uma condição para se lançarem políticas bem-sucedidas, implica o recurso à História e frequentemente à de longa duração, porque os padrões de interacção dos géneros, se é certo que estão sujeitos à mudança, não é menos verdade também que o fazem sobre um fundo arcaico, dizia arqueológico, de persistências, de pendências e de resistências que importa, maugrado a distância temporal. Neste sentido, achamos pertinente trazer para este fórum uma comunicação que visa abordar a génese dos principais modelos de organização familiar e o papel da mulher no seio dos mesmos. A proposta é ousada, uma vez que, como é sabido, a documentação histórica disponível é maioritariamente dedicada ao comércio e ao Estado, o que não inviabilizando a concretização deste desiderato, o dificulta imensamente. Depois, porque a historiografia cabo-verdiana ainda não constituiu a mulher, ou o seu tema correlato, a família, como objecto epistemológico constituído e nem estabeleceu tipologias de organização familiar. Assim sendo, trata-se de uma comunicação assumidamente incipiente e exploratória.

Nota Biográfica | António Correia e Silva, Sociólogo e Historiador, é Reitor da Uni-CV. É autor de uma vasta obra, abarcando livros e artigos em publicações nacionais e internacionais.

Elisa Silva Andrade, Prof. Reformada

As Mulheres em Cabo Verde: Progressos e Vicissitudes

Os historiadores nacionais vocacionados [à] viagem do entendimento do passado que nos torna o presente inteligível, terão ainda de exercer o seu espírito crítico para destrinçar nos historiadores alógenos quer o paternalismo, quer o fraternalismo militante. Mário de ANDRADE

Resumo | O tema escolhido é, na nossa perspectiva, uma oportunidade de proceder a uma rápida viagem no tempo, pois conhecer o passado permite melhor conhecer o presente e perspectivar o futuro. Na impossibilidade de proceder a um povoamento só com europeus como aconteceu com os Açores e a Madeira, os donatários e colonos foram buscar nas

costas africanas - quase durante um século e depois sobretudo na Guiné Bissau - os homens e mulheres necessários para assegurarem as produções essenciais à subsistência e desenvolvimento do regime que veio a ser instaurado: escravatura interna e tráfico negreiro. Do início do povoamento à abolição da escravatura que só interveio “de jure” em 1878, o homem e a mulher escravos (87,5% da população em 1582 e 5,8% em 1856) tiveram um estatuto idêntico: o de instrumentos de produção que podiam ser comprados ou vendidos a qualquer momento para qualquer destino. Durante todo o processo de escravatura e do comércio triangular, a mulher foi um instrumento de produção tão importante quão foi o homem na manutenção e reprodução do sistema. Como reprodutora, a mulher caboverdiana foi utilizada pelos Brancos para colmatar a ausência ou penúria de mulheres brancas o que levou ao processo de mestiçagem. Da abolição da escravatura à independência nacional, as mulheres, sobretudo do meio urbano, serão relegadas para o sector de produção doméstica. As que tiveram que trabalhar fora da sua unidade habitacional concentraram-se nos sectores ou ofícios onde os salários eram inferiores, ou seja, nas profissões ditas femininas: telefonistas, dactilógrafas, enfermeiras, etc. Com a independência nacional (1975), assinalámos: esforços importantes desenvolvidos pelos governos sucessivos com vista à melhoria das condições de vida da população caboverdiana, nomeadamente, através de importantes investimentos nos domínios que directa ou indirectamente têm um impacto sobre a situação da mulher; promulgação de leis e dispositivos legislativos; lutas em frentes diversas levadas a cabo por organizações não governamentais de promoção da Mulher. Criação do Instituto da Condição Feminina (1994) que se tornou depois Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade do Género (ICIEG)... Apesar do acima exposto, subsistem resistências às mudanças sociais, decorrentes de comportamentos socioculturais dos caboverdianos e, nomeadamente, a concepção estereotipada do papel da mulher e do homem que fazem perpetuar as disparidades de género.

Nota Biográfica | Elisa Andrade, Economista e Historiadora, é Doutorada na área das Ciências Humanas e Sociais, na História das Ilhas de Cabo Verde, pela Universidade de Paris VII (1984). Enquanto consultora de vários organismos das Nações Unidas, foi pioneira na realização de estudos sobre a condição da mulher, em Cabo Verde, sendo o primeiro destes datado de 1983. É actualmente investigadora em Ciências Humanas e Sociais.

José Carlos Gomes dos Anjos, UFRGS

Da Revolta de Ribeirão Manuel ao Devir-Mulher da Nação

Resumo | O artigo parte da etnografia de uma marcha que aconteceu no dia 10 de Outubro de 2010, no interior da ilha de Santiago, e que deveria marcar os 100 anos da Revolta de Ribeirão Manuel. Ao se rememorar a liderança mulher no processo de defesa de um território camponês contra os abusos da exploração colonial portuguesa, o acontecimento se inscreve na carne do presente como o inconclusivo do devir-mulher da nação. Da narrativa colocada em marcha, o artigo explora a exigência de um devir-mulher para uma nação sem projecto pós-colonial. Ao imaginário de uma escrava negra de pernas abertas para o devir mestiço de uma nação masculina, se contrapõe nos interstícios das narrativas emergentes uma outra história: da mulher negra que permanece reclamando a nação como território de um povo.

Nota Biográfica | José C.G. dos Anjos, Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998) e Pós-doutorado pela Ecole Normale Supérieure de Paris, é atualmente Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalha com os temas da Sociologia de elites e Relações Interétnicas, identidades étnica e nacional, e desigualdade racial.

Eurídice Furtado Monteiro, CES-UC

Margens da Nação: Fractura e Persistência de Sinais do Sexismo na Cabo-verdianidade

Resumo | As elites intelectuais simularam e disseminaram a ideia de uma Nação, antes da emergência de um soberano Estado, em Cabo Verde. É relevante compreender as estratégias de identificação das elites intelectuais e o aparelho burocrático que sustentaram a fantasia crioula. Efectivamente, isto tem incitado sucessivos debates em torno da identidade nacional. Todavia, um outro ângulo crítico é igualmente importante trazer para os actuais debates. Desponta na encruzilhada dos estudos pós-coloniais e dos estudos feministas. É a partir daí que – seguindo sobretudo as teorizações de Partha Chatterjee, Homi K. Bhabha, [Nira Yuval-Davis](#), Anne McClintock, V. Y. Mudimbe e Oyeronke Oyewumi – pretendo percorrer as margens da Nação. Esta empreitada faculta uma releitura descentrada da cabo-verdianidade. A hipótese de análise é que, além de patentear o eurocentrismo e o elitismo, enquanto mecanismos de dominação interna, as narrativas hegemónicas assentam ainda em pressupostos androcêntricos. Embora não sem embaraços, reproduzem o sexismo no imaginário nacional. Torna-se assim essencial depreender os modos como o sexismo é, paradoxalmente, perpetuado e desestabilizado, quer em tempos coloniais, quer as nuances pós-coloniais. Nesta sequência, e no rescaldo dos estudos recentes do caso cabo-verdiano, é crucial sublinhar – evitando contudo qualquer marcador de singularidade – o impacto do sexismo na estruturação e legitimação das relações de poder no arquipélago. Enfim, revisitando os processos e projectos nacionais, na perspectiva dos sujeitos historicamente excluídos, mais do que uma viagem ao passado, é actualmente um imperativo para a justiça, igualdade e democracia, que possibilitam pistas para a ilustração do futuro.

Nota Biográfica | Eurídice Monteiro, Ph.D. Candidate, Universidade de Coimbra. Scholarship from FCT, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal. Visiting Researcher to the African Studies Center at Boston University, USA. Galardoada em Cabo Verde com o 'Prémio Nacional dos Direitos Humanos 2007', na Categoria Estudo Científico. Além de artigos em colectâneas e em revistas especializadas nacionais e internacionais, é autora do livro *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais: Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde*, Edições Uni-CV, 2009. Domínios de Especialização: Power and Politics; Postcolonial Studies; Gender Studies. Tem um interesse particular pela participação política das mulheres nas democracias contemporâneas. Paralelamente, colabora com diversas associações de promoção dos Direitos Humanos e da Cultura da Paz, dando particular relevância à utilização das TICs para a criação de novas redes transnacionais de defesa dos direitos humanos das mulheres.

MULHERES, REVOLTAS SOCIAIS E REFORMAS INSTITUCIONAIS

Roselma Évora, UnB

Um País de Mulheres Governado por Homens: Democracia e Processo Decisório em Cabo Verde

Resumo | Este trabalho tem por objectivo discutir a questão da democratização, em Cabo Verde, a partir de uma abordagem de género, no processo decisório. Partimos de pressupostos empíricos que confirmam uma estabilidade do regime democrático, em Cabo Verde, aliado a um contínuo discurso de equidade de representação entre os géneros. O discurso de equidade existe, de facto, a nível do processo decisório? Quais as evidencias? Que caminhos devemos seguir para uma efectiva consolidação da democracia? São estas questões que orientam este trabalho.

Nota Biográfica | Roselma Évora, Licenciada em Ciência Política, é também Mestre em Ciência Política e Doutorada em Sociologia, UnB. É autora do livro *Cabo Verde: A Abertura Política e a Transição para a Democracia*, Spleen, Praia, 2004.

Virgínia Ferreira, Univ. de Coimbra

A Socialização dos Custos da Maternidade: Políticas e Desafios

Resumo | Estudos até agora realizados têm confirmado algo que praticamente intuímos, ou seja, que as mulheres são penalizadas no emprego, em geral, mas, em especial, se forem mães. É talvez menos consensual a tese que tenho defendido de que também são as entidades que empregam as mulheres que suportam parte importante dos custos associados à reprodução. Partindo destas duas ideias, analisarei as políticas de conciliação que têm sido implementadas e propostas, analisando-as em função dos desafios que

procuram superar e dos resultados a que têm conduzido. O contexto analítico incidirá sobre a experiência Portuguesa, tendo como pano de fundo as políticas de conciliação na União Europeia.

Nota Biográfica | Virgínia Ferreira, Doutorada em Sociologia, é Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigadora Permanente do Centro de Estudos Sociais (CES). Estuda o modo como as relações sociais de sexo se expressam em vários processos e estruturas sociais, em particular do trabalho e do emprego. É também Membro do Conselho Editorial de revistas nacionais e internacionais e membro fundadora da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres. É, desde 2004, a representante Portuguesa no Expert Group on Gender and Employment da Comissão Europeia. A obra publicada inclui artigos e ensaios em revistas e em colectâneas nacionais e internacionais.

Eurídice Furtado Monteiro, CES-UC

Desafios das Políticas de Igualdade em Cabo Verde

Resumo | Desde a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, promovida pelas Nações Unidas, a igualdade de acesso das mulheres à tomada de decisões políticas e públicas tem assumido particular relevância e visibilidade. Uma breve observação da primeira década deste terceiro milénio revela, quer o aumento da presença de mulheres no campo político, quer ainda o reforço do quadro legislativo na promoção da igualdade e da não discriminação. Entretanto, persistem discriminações significativas em diversas áreas. Uma vez que a efectivação dos direitos e garantias previstos, tanto no plano interno ao nível constitucional, como no plano internacional, implica uma atenção às políticas de igualdade na governação e a sua conseqüente transversalidade em todas as áreas de intervenção política, torna-se indispensável analisar as políticas públicas. Esta é a questão principal desta comunicação sobre o caso cabo-verdiano. Os instrumentos de políticas públicas serão alvos de uma análise transversal e sectorial. Esta última incide, em particular, sobre uma área de acção: participação no processo político e na tomada de decisão. Deste modo, esta comunicação procura verificar, quer as medidas, quer a situação real, no que se refere a esta área de acção.

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CIDADANIA

Teresa Cruz e Silva, UEM

Mulheres, Desigualdade e Diferença: Uma Educação para a Cidadania? Uma Leitura a Partir de Moçambique

Resumo | Os contextos sociais e políticos que marcaram o desenvolvimento dos países Africanos nos períodos subsequentes às independências nacionais influenciaram a estruturação e evolução dos seus sistemas de educação, produzindo diferenças

consideráveis de região para região. A reordenação capitalista ocorrida nas últimas décadas do século XX e seus impactos provocaram transformações ao conjunto da sociedade global. Em África, a privatização dos serviços sociais públicos aprofundou as condições históricas de discriminação e a negação dos direitos sociais, onde se inclui a educação à maioria da população. As reformas educacionais desenvolvidas a partir dos finais do século XX apontam para um sistema excludente, com marginalização dos grupos sociais mais empobrecidos, e com uma presença marcante na desigualdade e na diferença de género na educação. A educação para a cidadania é configurada num quadro de direitos humanos onde se incluem os direitos das mulheres, devendo para isso ser suportada por direitos de igualdade. Partindo do pressuposto que o conhecimento e a informação são variáveis importantes para a construção da cidadania, e na base de uma leitura feita a partir de Moçambique, com esta comunicação pretendemos debater o papel da educação formal para uma cidadania activa das comunidades. O nosso trabalho é orientado por uma análise de género, onde a persistência do modelo social patriarcal do poder que imprime uma lógica de desigualdade na socialização juvenil no seio da família, tende a reproduzir-se para o espaço ocupado pela escola.

Nota Biográfica | Teresa Cruz e Silva é Doutorada em Ciências Sociais (área de história social) pela Universidade de Bradford, Gra-Bretanha. Desde 1997 - Directora do Centro de Estudos Africanos (UEM), e Professora Auxiliar, exercendo actividades de docência no Departamento de História da Faculdade de Letras e na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), na UEM, nas áreas de História Contemporânea de Moçambique e orientação de Seminários de Pesquisa. Tem publicações diversas, nacionais e internacionais.

Pedro Brito & Graça Sanches, AJIC
Mulher e Educação, Ciência e Cidadania:
O Caso de Cabo Verde

Resumo | A presente comunicação tem como objectivo principal analisar o papel da mulher no contexto da Educação, da Ciência e da Cidadania, destacando os contributos que têm dado nestas matérias em prol do desenvolvimento de Cabo Verde. É sabido que o acesso à instrução e à educação formal tem sido uma componente fundamental da luta pelos direitos das mulheres, pelo menos desde o surgimento da sociedade moderna. Em 1742, Mary Wollstonecraft defendia uma educação plena para a mulher que lhe possibilitasse desenvolver não apenas os dotes «femininos» de uma imaginação romântica, mas também o raciocínio lógico e a habilidade física. A mulher tem sido, ao longo da história da humanidade, uma peça chave do desenvolvimento das regiões e do mundo, desde a sua intervenção no seio da família, passando pela sua intervenção na sociedade a vários níveis, quer seja na vida pública, intelectual ou política. Têm estado no centro da atenção do mundo, tendo já sido realizadas várias conferências e reflexões a seu respeito. Em Cabo Verde, a mulher tem desempenhado um papel de relevo em todos os sectores da sociedade, designadamente na Educação e na Saúde, onde a expressão é maior, mas também noutros sectores, quais sejam da Administração Pública e da Governação. É neste

contexto que pretendemos com esta comunicação analisar o contributo da mulher cabo-verdiana a nível da Educação, em todos os subsistemas, a nível do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, a nível da Governação, na sociedade civil, no sector privado, entre vários outros contributos que têm dado para o desenvolvimento do país.

Nota Biográfica | Pedro Brito é Doutorando em Gestão de Informação, na especialidade Sistemas de Informação Demográfica; Graça Sanches é Mestre em Educação, especialização em Supervisão Pedagógica em Ensino da História, e é Presidente da Associação de Jovens Investigadores Cabo-Verdianos.

Crispina Gomes, Embaixadora
Mulher e Poder: O Caso de Cabo Verde

Resumo | O exame da realidade a nível mundial e em Cabo Verde, em particular, demonstra que as mulheres continuam sendo discriminadas. Isto dificulta a sua participação na vida política em condições de equidade e igualdade com os homens. Diante disso, esta apresentação propõe analisar a participação das mulheres na política cabo-verdiana.

Nota Biográfica | Crispina Gomes, exerceu o cargo de Embaixadora de Cabo Verde em Cuba.

MIGRAÇÕES, DIÁSPORA E POLÍTICA EXTERNA

Iolanda Évora, CESA-UTL
Diáspora ou Migração? (Im) Pertinências da Mobilidade Cabo-verdiana

Resumo | Os diferentes processos de estabilização das comunidades cabo-verdianas no exterior mostram que, após mais de um século de mobilidade, outros universos de sociabilidades se desenvolveram, distantes do primeiro lugar, da primeira fronteira e das posições e estratificações sociais e económicas originais. Esta apresentação examina em que medida denominações como *diáspora* ou *migração* reflectem percepções diferenciadas da mobilidade cabo-verdiana contemporânea e dos seus efeitos. A migração cabo-verdiana tornou-se mais complexa, e para os cabo-verdianos dispersos, o tempo é de negociação contemporânea das ideologias, identidades e comportamentos colectivos em relação ao seu lugar de origem.

Nota Biográfica | Iolanda Maria Alves Évora, Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, Brasil, investigadora associada do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CesA, ISEG) de Lisboa, ao abrigo do Programa Ciência 2008 da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (FCT). Desde 1998, conduz trabalhos

de investigação sobre dimensões psicossociais da migração cabo-verdiana, primeiro realizando investigação sobre as mulheres de origem cabo-verdiana em Itália e, mais recentemente, sobre transnacionalismo, processos associativos em contexto migratório e concepções e discursos sobre a diáspora cabo-verdiana dentro e fora do arquipélago. No campo da saúde/imigração, é membro fundador do GIS, Grupo Imigração e Saúde de Portugal, e tem estudado, nomeadamente, aspectos das percepções e atitudes dos jovens face ao VIH/Sida. Recentemente, participa de equipas internacionais e multidisciplinares de investigação sobre processos organizativos em contextos de trabalho informal como as feiras e mercados no Brasil, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Lecciona disciplinas de Psicologia Social e Organizacional e Metodologia Qualitativa em licenciaturas e mestrados do ensino superior no Brasil, em Cabo Verde e em Portugal.

Marzia Grassi, ICS-UL

Vidas Transnacionais, Trabalho e Género na Diáspora Cabo-verdiana em Portugal

Abstract | This paper explores the recent rise in the propensity of female Cape Verdeans to emigrate, taking up informal economic activities. Women in capeverdean culture and in the familiar structure are the main responsible for the support and the reproduction of the household. When women migrate this responsibility with which they identify themselves is transferred in the social relations in the host country. According to some authors, “migration’s feminisation” (Castles and Miller, 2001) is associated to “feminisation of poverty” and it is suggested that increasing insecurity is the cause of the growing exploitation of women’s survival informal work, which Saskia Sassen refers to as “survival feminisation” (Sassen, 2000). Interviews, life stories and direct observation of “*Rabidantes*” in Cape Verde and in Portugal, show how gender appears as an efficient category for capturing the importance of relationships within family aggregates. The “family members” of transnational families of capeverdean origin in most cases include persons who are not directly related but with whom reciprocal obligations within international support networks have been built up over time. These relationships may prove far stronger than those maintained with far closer family members. Besides, the matrilinearity of Cape Verdean families resident in the country is more than a formalist approximation of parentage. Above all it relates to the conveyance of goods and rights through one’s children and descendents, taking on a cultural and symbolical value. This emerges out of the multiple identity implications brought about by the Creolisation cultural process characterising the archipelago since its earliest settlement. From a post-colonial theoretical perspective, the importance of matrilinearity stands out in ethnographic accounts. The organisation of family life merges with the organisation of commercial activities in accordance with gender: women manage responsibility for the reproduction of the aggregate beyond the family, through their marketplace activities influencing the development of the country of origin and of the host one. Gender thus represents an interpretative structure for transnational dynamics and a strategic identity for the study of the social and economical dynamics underlying the contemporary world in movement.

Biographical Sketch | Marzia Grassi is a senior researcher fellow in the Institute of Social Sciences at University of Lisbon, Portugal. Ph.D. in Development Economics, and Master in African Studies. Since 2009 - P.I. of the project Transnational child-raising arrangements between Angola and Portugal. The project is part of the NORFACE funded European comparative project, TCRAf-Eu: Effects of transnational child-raising arrangements (TCRAs) on the life-chances of children, migrant parents and caregivers between Africa and Europe. Since 2008 - P.I. of the Project "Migratory Trajectories from Africa, Illegality and Gender (PIHM/GC/0046/2008 and ICS-UL/524/2008). 2006-2008 - P. I. of the Project "Social Capital and Young Descendants of Palop in Portugal" granted by (ICS-UL/429/2006). 2004-2009 - P. I. of the team project "Angola in Movement" granted by FCT (PPCDT/AFR/59446/2004 and ICS-UL/285/2004). Publications (more important): (2010) *Formas of familial, Economic, and Political Association in Angola Today*, The Edwin Mellen Press, New York, London, pp. 251. (2009) *Capital Social e Jovens originários dos PALOP em Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisbon. (2009) "Crises and Development: A perpetual vicious circle for Africa", *Economia Global e Gestão, Indeg/Iscte n° 2/09*, Lisboa. (2008) "Identidades Plurais na Europa contemporânea: auto-percepções e representações nos jovens de origem africana em Portugal", *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração*, Lisbon. (2008) "Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo e integração de jovens de origem africana em Portugal", in *Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisbon, Imprensa de Ciências Sociais. (2008) "Mobilidade, Fronteiras e Capital Social na Angola Contemporânea", *Revista angolana de sociologia*, n°3, Luanda. (2007) "*Género e Migrações Cabo-verdianas*", Marzia Grassi e Iolanda Évora (eds.) Imprensa de Ciências Sociais, Lisbon. (2006) "*Il volto femminile del commercio transnazionale a Capo Verde*", Franco Angeli, Milano. (2003) "*Rabidantes: comércio espontaneo transnacional em Cabo Verde*", ICS/Spleen, Lisbon and Praia.

Terza Lima-Neves, Johnson C Smith University
**Creating Their Own Spaces: Cape Verdean Women, Transnationalism,
and Homeland Development**

Abstract | As Cape Verde celebrates 550 years of discovery and 35 years of independence, it is imperative to analyze the role of women in Cape Verde's development, from colonial subject and independent state, to a progressive leader in policies relating to gender issues within regional and international contexts. This paper will examine this phenomenon from the domestic and international perspectives. It will focus on the potential role of women whose residence is outside of Cape Verde as well as women who live in Cape Verde, on development in Cape Verde. While much attention has been given to diasporas, development, and the formal economic sector within the political science discipline, this paper sheds light on the transnational activities among grassroots women who have formed long standing sustainable informal networks for the purpose of exchanging goods and political mobilization. This paper highlights Cape Verde as a case study and analyzes how Cape Verdean women have maintained active transnational practices (both economic and political) amidst the current global economic conditions. Although it will offer a general overview of Cape Verdean women in various diasporic locations, the discussion

will focus primarily on the communities in the United States, the author's residence. The research focuses on women as viable agents of economic and political development in their homeland. For decades women have traveled from Cape Verde to countries where the Cape Verdean diaspora is found (Portugal, Holland, United States), to buy and sell goods. Not only to these women exchange goods, but they share ideas and information which allow their counterparts in the diaspora to remain informed about economic and political affairs in the homeland. This paper argues that amidst an economic global crisis, transnational actors, Cape Verdean women in particular, have been able to maintain their transnational activities through informal networks. Moreover, that these practices have existed for many years in developing states as a result of the marginalization of the masses from the formal economic sector. Scholarship on specific case studies of African diasporic communities remains limited. Moreover, the political and economic practices of lusophone African nations and their diasporic communities throughout the world are relatively limited as well. The Cape Verdean case study is then added to the existing body of literature on experiences from other developing nations as well as the broader scholarship on contemporary gender, African diasporas, and homeland development. Lastly, this case study on Cape Verde and its diaspora serves as an example to other African nations. Cape Verde's stable political environment and growing economy provides a great opportunity for engagement with its diaspora for the sake of the country's development. The government has recognized the significance of diaspora involvement in Cape Verde's development thus granting it political rights such as dual citizenship and voting rights in presidential elections. However, it has not specifically addressed the role of diasporic women within this context. Therefore, the paper also highlights the existing and potential role of the homeland government in supporting women's transnationalist activities. With this said, it is important to first identify if current government policies exist to support these activities so as to formally incorporate women within the development process and secondly, if there is such desire for such venture by both the government and the women involved.

Biographical Sketch | Terza Lima-Neves is an assistant professor in political science at Johnson C Smith University in Charlotte, North Carolina. Dr. Lima-Neves was born and raised on the Cape Verde Islands. As a teenager, she immigrated to the United States along with her parents and two younger sisters. She received her undergraduate degree in political science from Providence College in Providence, RI, and M.A. and Ph.D. in political science from Clark Atlanta University in Atlanta, GA. Prior to Johnson C Smith University, Dr. Lima-Neves was a visiting assistant professor at Sewanee: The University of the South, where she was among a group of professors nominated for the *2010 teacher of the year award*. She is the managing editor for FORCV.com, an online Cape Verdean newspaper servicing the Cape Verdean diaspora throughout the world. Dr. Lima-Neves also writes articles for FORCV.com on general topics related to the Cape Verdean community. Her research interests are modern African diasporas, transnationalism as well as gender and development. Dr. Lima-Neves teaches courses on African, international, comparative and gender politics.

Celeste Fortes, CIGEF

**«As cabo-verdianas, estudantes, quando vêm para Portugal tornam-se todas, Europeias»
- Cabo-verdianas em Lisboa: Narrativas e Práticas nas Relações de Género e Inter-
etnicidade**

Resumo | Os rostos e protagonistas da migração feminina cabo-verdiana em Lisboa apresentados neste artigo permitem contextualizar os argumentos de que: a) não é apenas o homem caboverdiano que sócio-culturalmente tem o papel valorizado de migrar; b) as mulheres caboverdianas quando migram não têm apenas motivações económicas, de preencherem, em Portugal um “exército de servidoras” como empregadas domésticas e de limpeza, muitas outras mulheres emigram em busca de capitais académicos e profissionais; c) vivem a migração como um processo de autonomização pessoal da família e de um contexto de vida marcado por idiomas identitários de género “encarcerantes”; d) quando pensam no regresso a Cabo Verde vivem angústias e dilemas porque regressar pode ser uma regressão e a perda dos ganhos identitários facilitados pela migração e pela vida em Portugal.

Nota Biográfica | Celeste Fortes é Licenciada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutoranda em Antropologia pela mesma Faculdade, com o projecto *Relações de Género e de Poder, Narrativas e Práticas de Mulheres Cabo-verdianas em Portugal, Holanda e Cabo Verde*, financiada pela Fundação Para a Ciência e a Tecnologia. Desenvolve as suas pesquisas enquanto investigadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA - Portugal) e enquanto colaboradora voluntária da Associação para a Auto-promoção da Mulher no Desenvolvimento (Morabi – São Vicente – Cabo Verde). Colaborou em alguns projectos de pesquisa, nomeadamente no projecto “De Muitas e Variadas Partes ao Portugal do Século XXI: Novas Oportunidades, Novos Padrões nas Relações de Género, Micro-Familiares e Inter-étnicas” (Ant/63625/2005), e na execução e implementação de projectos de desenvolvimento social e comunitário em São Vicente: *Fronteiras e Vulnerabilidades do HIV/SIDA* em cooperação com o ENDA SANTÈ / Senegal e no projecto - *Promoção Sócio-económica das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em São Vicente*, em cooperação com o Instituto para a Igualdade e Equidade de Género. Tem participado em vários congressos nacionais e internacionais, subordinados às temáticas de relações de género e de poder, relações familiares, migração e inter-etnicidade, etc.

Suzano Costa, UNL

A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: Mudanças, Rupturas e (Des)Continuidades

Resumo | A política externa e a diplomacia constituem vectores privilegiados de perscrutação do percurso histórico-político de uma nação arquipelágica e diaspóricizada como é o caso paradigmático de Cabo Verde. O presente artigo visa, com recurso ao universo teórico e ao referencial metodológico da ciência política e das relações internacionais, analisar a evolução histórica da política externa cabo-verdiana, as rupturas, mudanças e (des) continuidades verificadas na acção externa e diplomática do arquipélago na sua relação com a organização política do mundo, com particular saliência para uma grelha de análise que privilegia quatro (4) momentos históricos fundamentais: os primórdios da luta pela independência nacional, o período de instauração do monopartidarismo, a transição para a democracia multipartidária, a actualidade política cabo-verdiana e as estruturas de oportunidades de uma política externa forjada na encruzilhada atlântica, entre a África, a Europa e as Américas, e no contexto de geopolítica interdependente e multilateral. Esta nação - sobejamente apelidada de nação global, arquipelágica e diaspóricizada - tem historicamente desenvolvido uma intensa actividade diplomática tendo em vista a sua inserção dinâmica num sistema internacional imbuído pela gestão da interdependência complexa e a prossecução de um desenvolvimento sustentado e coerente, face à erosão progressiva do valor estratégico dos Estados insulares. A coerência dos princípios e o pragmatismo da acção que caracteriza indelevelmente a acção externa cabo-verdiana tem contribuído, indubitavelmente, para uma inserção estratégica em múltiplos, e quiçá contrastantes, espaços de cooperação e integração regionais, e para a mobilização de soluções institucionais politicamente inteligíveis, susceptíveis de contornar as vulnerabilidades exclusivas dos contextos insulares e de conduzir o país a estádios de desenvolvimento exemplares comparativamente às suas congéneres africanas. Não obstante, subsiste uma espécie de *gender gap* na política externa cabo-verdiana. Nesta óptica, pretendemos à luz das propostas metodológicas forjadas em ciência política, no âmbito do estudo prosopográfico das elites e comportamentos políticos, avançar também algumas explicações teóricas e considerações propedêuticas à propósito da ausência ou subrepresentação política das mulheres nos cargos de topo da hierarquia diplomática, por oposição à sua presença nos cargos intermédios da diplomacia e da representação diplomática/consular.

Nota Biográfica | É investigador do Observatório Político da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela FCSH-UNL, Pós-graduado em Política Comparada pelo ICS-UL, Especialização em Eleições e Sistemas Eleitorais pelo IHC, Mestrado em Ciência Política pela FCSH-UNL, e Doutorando em Ciência Política (especialidade em Teoria e Análise Política) na FCSH-UNL. Tem participado em diversos projectos de investigação e apresentado comunicações e estudos em vários seminários e conferências nacionais e internacionais. Acumula uma vasta experiência no associativismo académico e comunitário, sendo fundador da Associação de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (AJIC), do Fórum de Estudantes Africanos em Portugal (FEAP) e da Associação Nacional Juvenil de Imigrantes da Diáspora (ANJI-

DJAP), tendo sido, ainda, Presidente do NECNOVA, Vice-Presidente da AJIC, membro da UECL e integrante do Movimento Cívico Pró-África. É membro da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP), do Núcleo de Estudos em Ciência Política e Relações Internacionais da UNL (NECPRI), e tem participado na organização de várias conferências, seminários e colóquios. Entre várias outras iniciativas académicas, de momento coordena o Ciclo de Tertúlias “Cabo Verde em Debate”, na Livraria Buchholz, dedica-se à investigação, e escreve regularmente na Revista Tertúlia Crioula.

MULHERES E VIOLÊNCIAS: PASSADO E PRESENTE

Miriam Steffen Vieira, Uni-CV

Violência Sexual no Sistema de Justiça/Brasil: Uma Perspectiva Antropológica

Resumo | A noção de violência sexual como uma violação aos direitos individuais é recente. Ao pesquisar as mudanças na sensibilidade quanto ao estupro, na França, do Antigo Regime ao século XX, Vigarello (1998) analisou uma “passagem histórica de um silêncio relativo para uma visibilidade ruidosa”. O autor demonstrou que a história do estupro está relacionada a uma complexidade de fatores entre estes uma mudança na sensibilidade quanto à violência, concepções de corpo, dor, moralidades, mudanças nas relações de gênero, assim como ao nascimento do sujeito contemporâneo.

Nota Biográfica | Miriam Steffen Vieira é Doutora em Antropologia Social, Pós-Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil/CNPq).

Carmelita Silva, CIGEF

Relações de Poder e Violência Contra as Mulheres na Intimidade: Análise a Partir da Percepção das Vítimas

Resumo | A presente comunicação tem como propósito abordar a problemática da violência que ocorre no espaço íntimo, a partir da percepção das mulheres que vivenciaram ou ainda vivenciam o drama da violência. O trabalho visa, essencialmente, compreender o significado que as mulheres atribuem às várias formas de expressão da violência conjugal sobre elas exercidas, nos vários momentos da sua relação com o companheiro ou ex-companheiro agressor. Neste sentido, procuraremos reflectir sobre a violência na intimidade enquanto expressão do desejo do homem controlar e dominar a sua companheira ou ex-companheira, numa clara demonstração de poder. Atendendo que, as relações de poder constituem campo de força onde, não só se verifica a sua reprodução, como também probabilidade de deslocamento, procuraremos ao longo desta comunicação desconstruir a ideia de que a mulher vítima sofre passivamente as determinações históricas. Ela (re) avalia constantemente a sua situação e usa várias estratégias para fazer valer o seu poder e romper o ciclo de violência sobre ela perpetuada. Partindo do

pressuposto que a compreensão da complexidade do processo de interacção conjugal requer uma análise que busca situar a acção dos sujeitos nos contextos da sua produção, a nossa comunicação integrará contribuições da teoria dos recursos e a perspectiva feminista.

Nota Biográfica | Carmelita Silva, Mestre em Ciências Sociais pela Uni-CV, é Directora do CIGEF e Professora do Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Cabo Verde. Tem participado em projectos de investigação sobre relações de género e poder no espaço doméstico e em acções de formação com abordagem de género. É membro de associações que actuam nos domínios de género e da família, em Cabo Verde.

Hermínia Ferreira, RMPCV

Projecto-Lei da Violência Baseada no Género

Resumo | Esta apresentação pretende dar a conhecer o Projecto-Lei da Violência Baseada no Género (VBG), em discussão no país. Este Projecto-Lei tem como objectivo contribuir para a diminuição da violência, em Cabo Verde.

Nota Biográfica | Hermínia Ferreira é Pres. da RMPCV.

Maritza Rosabal, ICIEG

As Faces (In)Visíveis da Violência de Género

Resumo | A presente comunicação tem como propósito, abordar as diferentes faces da violência de género, como fenómeno resultante de relações de poder desequilibradas, que se manifesta tanto nos espaços privados, como nos espaços públicos. Abordo a questão partindo das reacções das parcerias institucionais e da sociedade civil à proposta apresentada pelo Instituto Caboverdiano da Igualdade e a Equidade de Género (ICIEG), durante o processo de revisão constitucional. Tomando como base os aspectos abordados pela proposta do ICIEG, este trabalho visa mostrar que a violência contra a mulher, enquanto manifestação de discriminação, materializa-se através de agressões, da responsabilização excessiva das mulheres pelo cuidado e bem-estar da família, da invisibilidade das mulheres no discurso, e da sua sub-representação nos espaços públicos de decisão. Partindo de uma breve incursão sobre o percurso internacional e nacional da abordagem da violência de género, procurarei ilustrar, com recurso a informações publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, como as manifestações de violência de género, são manifestação de poder do homem sobre a mulher, que reforçam os papéis que lhe são atribuídos socialmente, dentro e fora da família. Também ilustramos, a partir de opiniões recolhidas sobre a possibilidade de utilização de medidas concretas para o aumento da participação das mulheres no exercício do poder no âmbito público, como os mecanismos de poder e controlo, socialmente aceites, utilizados no espaço privado condicionam os debates nesta área. Atendendo ao grau de complexidade das questões abordadas, utilizei como referência o conceito de género desenvolvido por Joan Scott, e de violência contra as mulheres e violência de género utilizado pelas Nações Unidas. Revisitei também alguns *papers* elaborados por mim na qualidade de Conselheira do ICIEG, nos quais abordo a situação das relações de género no país.

Nota Biográfica | Maritza Rosabal, conselheira do ICIEG, é Licenciada em História pela Universidade da Havana. No seu percurso profissional, iniciado em Cabo Verde em 1981, destaca-se a sua actividade como técnica da área de estudos e planeamento do Ministério de Educação e de docente nas instituições de formação de professores. Desde 1994, colabora com organizações não-governamentais de apoio ao desenvolvimento das mulheres. A partir de 2003, vem realizando inúmeros trabalhos para o ICIEG, entre os quais se destacam a coordenação da elaboração do Relatório do Objectivo 3 do Milénio, do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género 2005-2011, do Plano Estratégico para o Centro de Investigação em Género e Família da Uni-CV, e do Relatório de Cabo Verde ao Comité de Seguimento da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW-2010). Tem participado também em alguns projectos de investigação sobre relações de género.

TURISMO, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Carla Cardoso, Uni-CV

Emigração das Mulheres Rurais em Cabo Verde: O Caso da Ribeira de Principal

Resumo | O processo migratório inicia-se, timidamente, na comunidade de Ribeira de Principal, ilha de Santiago, Cabo Verde, nos meados da década de 70, essencialmente para a Europa, e foi aumentando com o passar dos anos. A emigração em Cabo Verde foi por muito tempo dominado pelos homens. A emigração feminina constitui uma grande novidade para a sociedade cabo-verdiana nas últimas duas décadas, com a única excepção da emigração para São Tomé e Príncipe (Giuffrè, 2007). A emigração feminina é um fenómeno que tem aumentado, na última década na comunidade estudada, principalmente nas mulheres solteiras. Elas investem um esforço pessoal na emigração. Trabalham, em diversas actividades e, estabelecem suas próprias redes sociais com o objectivo de conseguir um visto de entrada no país de acolhimento. Esse fenómeno justifica-se, também, pelo próprio aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais (Assis, 2007).

Nota Biográfica | Carla Cardoso, Mestre em Ciências Sociais pela Uni-CV, é Professora da Uni-CV.

Verúcia Sousa, Uni-CV

Educação, Formação e Qualificação Profissional da Mulher Rural Cabo-verdiana: Pressupostos Básicos para o Desenvolvimento

Resumo | O artigo que segue debruça-se sobre a questão do género que continua sendo motivo de muitas discussões. Especificamente abordaremos tal problemática a partir do

contexto rural, pois ser mulher e pertencer ao meio rural é viver duplamente à margem em detrimento de uma espécie de preconceito social que ainda pesa grandemente sobre a mulher que vive no campo, fazendo com que ela de facto torne-se uma força ignorada, desconhecida e atrasada em seu voo.

Nota Biográfica | Verúcia Sousa é Professora da Uni-CV.

Cármen Artiles, ULP, Gran Canaria

La Feminización de la Agricultura Caboverdiana

Resumo | La agricultura es una actividad socioeconómica que procura la supervivencia de numerosos caboverdianos/as, su estudio se presenta como indispensable para la comprensión de la estructura y desarrollo de las comunidades rurales. El papel de la mujer en estas comunidades se torna esencial, ya que se convierte en el eje central en torno al cual se asegura la reproducción física y social de los miembros de la comunidad. La mujer rural agrícola caboverdiana participa de todo el proceso de producción agrícola a través de la conformación de una red de género basada principalmente en la reciprocidad, la confianza y la cooperación, generando así un capital social acumulado y acumulable, a través del cual se conforma la estructura de interacciones necesaria para el desempeño de un gran número de prácticas sociales que les permiten acceder tanto a capital económico, como social y cultural.

Nota Biográfica | Cármen Artiles es una Antropóloga Social y Cultural.

MÚSICA, CULTURA E REPRESENTAÇÕES DO FEMININO

Lindinalva Lima, Uni-CV

A Representação da Mulher na Morna e na Coladeira: Experiências e Perspectivas

Resumo | Este trabalho tem por objectivo analisar as diferentes representações da mulher na música tradicional cabo-verdiana, nomeadamente na morna e na coladeira. Procura-se estabelecer a relação entre cultura enquanto construção de ideologias e como tal, como produto e produtor de perspectivas que são naturalizadas e enraizadas na sociedade e a língua que seria o veículo de transmissão dessas ideologias perpetuadas e reproduzidas na cultura. Tendo em conta os seus vários sistemas de género (gramatical, lexical, social), a representação da mulher na música se faz através de um discurso e de uma língua que assumem o masculino como a norma a ser seguida, associa a mulher a palavras com conotações negativas e quase sempre com construções sintácticas que não a apresenta como agentes activas, mas sim passivas. Pela sua apresentação ou representação na morna, a música do lirismo, ela surge valorizada na figura da mãe, 'kretcheu' morena ou mulata, apaixonada e sensual. Pela coladeira, género de crítica e maldizer, ela é a filha que

desrespeita o pai, a crioula que só quer se divertir, interesseira e fofqueira denunciando. Tanto na morna como na coladeira a mulher não vê valorizado o seu papel na economia ou na política, chefe de família, trabalhadora ou emigrante. Embora seja um dos temas centrais no discurso musical de Cabo Verde, a mulher não se representa nelas, ela é quase sempre apresentada e representada por homens. Nas composições feitas por mulheres reconhece-se uma certa injustiça e falta de espaço e, por isso, é muito recorrente a ideia de grito que nunca foi ouvido e que precisa sair da garganta, mas, ao mesmo tempo, ainda há resquícios de reprodução das imagens que vêm oprimindo e silenciando as mulheres como resultado de uma história sempre produzida sem a sua participação. De forma que as mulheres podem ser tão sexistas como a sua cultura. Sendo assim, podemos dizer que as mulheres em Cabo Verde dão voz a uma cultura num discurso e numa língua que as silencia.

Nota Biográfica | Lindinalva Lima é Professora da Uni-CV, em São Vicente.

Max Rúben Ramos, ICS-UL

O Batuku no Contexto Migratório Lisboa: Mulheres, Cidadania e Diversidade Cultural

Resumo | Desde a década de 80 do século passado que o *batuku* é praticado na Área Metropolitana de Lisboa. Através dessa arte performativa, geralmente assaz reivindicativa, mulheres cabo-verdianas vêm participando activamente nas suas comunidades e na esfera pública portuguesa. Nas suas performances denunciam a exploração e precariedade laboral, o racismo, a violência doméstica, dão conselhos aos filhos e maridos, ressignificam a imagem e o estatuto social das mulheres etc., etc. No fundo, exercem a sua cidadania, não necessariamente aquela que lhes é outorgada por um estatuto e que lhes legitima a sua participação efectiva e plena nessa sociedade de acolhimento, mas uma cidadania enquanto prática social (Lister, 1997) e que lhes reconhece o seu potencial activo e capacidade de actuar (Lutz, 2010). Assim sendo, proponho visitar o conceito de cidadania à luz de uma teoria antropológica da cidadania (Werbner, 1998). Para tal, recorrerei às práticas discursivas das mulheres do grupo de *batuku* “Finka-Pé”.

Nota Biográfica | Max Ruben Ramos licenciou-se em Antropologia pela Universidade de Coimbra, é mestre em Antropologia Social e Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS-UL, onde actualmente desenvolve o seu doutoramento na área da antropologia da religião, com uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT (2009-2013). Foi também bolseiro de Investigação no âmbito do projecto «Atlântico Cristão: Etnografias de Encontros Religiosos em Lisboa» do ICS-UL, financiado pela FCT (2008-2009). Tem participado e apresentado comunicações em vários congressos, conferências e colóquios nacionais e internacionais, assim como tem organizado seminários nas suas áreas de especialização e interesse. É vogal da Direcção da Associação Académica do ICS-UL, e membro European Association of Social Anthropology - EASA.